



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Departamento de Teoria e Fundamentos

JAQUELINE DIAS DE LACERDA

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS TEMPOS DA COVID-
19: o caso da rede pública do Distrito Federal**

BRASÍLIA – DF
2020

JAQUELINE DIAS DE LACERDA

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS TEMPOS DA COVID-19: o caso da rede pública do Distrito Federal

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Maria da Conceição da Silva Freitas.

BRASÍLIA - DF
2020

Dp

Dias de Lacerda, Jaqueline

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS TEMPOS DA COVID 19: o caso da rede pública do Distrito Federal / Jaqueline Dias de Lacerda; orientador Maria da Conceição da Silva Freitas. -- Brasília, 2020.

76 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de Brasília, 2020.

1. Profissionalização docente. 2. Precarização do trabalho docente. 3. Ensino remoto na rede pública de ensino do Distrito Federal. 4. Pandemia da Covid-19. I. da Silva Freitas, Maria da Conceição, orient. II. Título.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS TEMPOS DA COVID-19: o caso da rede pública do Distrito Federal

Trabalho final de curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, para obtenção do título de licenciatura em pedagogia, de autoria de Jaqueline Dias de Lacerda, denominado: **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS TEMPOS DA COVID-19: o caso da rede pública do Distrito Federal.**

Apresentado em 14 de dezembro de 2020 e aprovado pela banca examinadora abaixo:

Prof.^a. Dra. Maria da Conceição da Silva Freitas
Orientadora

Prof.^a. Dra. Lajara Janaina Lopes Correa
Examinadora

Prof.^a. Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz
Examinadora

Prof.^a. Dra. Norma Lúcia Neris de Queiroz
Suplente

Dedico esse trabalho à minha família.
A minha bisavó Eva Dias por toda a sua história de vida.
Aos meus avós maternos, Valdir Ferreira e Zenaide Dias, por tanto carinho.
E a minha avó paterna, Eva Ribeiro (*in memoriam*), que nunca perdeu um “Chá das Avós” na escola que estudei, adorava uma formatura e tanto se orgulhava quando algum familiar ingressava na faculdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, que sempre me guiaram, me abençoaram e me deram forças para vencer todos os obstáculos ao longo dessa caminhada.

Aos meus pais, Osmir e Irleide Lacerda, por toda a dedicação, incentivo, apoio, amor incondicional e por não medirem esforços para a realização dos meus sonhos. Agradeço também por entenderem minha ausência durante a escrita deste trabalho.

Ao meu irmão, Vinícius Lacerda, por toda a ajuda durante o processo de coleta de dados.

A todos que de algum modo contribuíram para a construção desse trabalho, como os(as) professores(as) respondentes do questionário, minha prima Cristina Ribeiro que compartilhou as angústias do ofício ao longo da pandemia e fomentou em mim o desejo de estudar a fundo a realidade vivida pelos professores(as) atuantes na rede pública do DF e, além dela, todas as outras primas que me apoiaram e tiveram paciência durante o processo de escrita. São muitos nomes para citar, mas cada uma sabe que está em meu coração.

Agradeço a cada professor(a) da Faculdade de Educação que tive o prazer de conhecer, por se dedicarem tanto, dando sempre o melhor de si para contribuir com a formação dos(as) alunos(as).

Aos meus colegas de turma que tanto me ensinaram nos debates ao longo das disciplinas e ao meu grupo de amigas mais próximas pelo companheirismo, em especial, a Elizabete Andrade que foi a minha parceira em quase todas as atividades e disciplinas, me deu tantos conselhos e muito me fez rir nas longas esperas entre um turno e outro.

Por fim, a professora Maria da Conceição da Silva Freitas pela dedicação, risadas e pela oportunidade de participar do PIBIC, projeto que tanto colaborou na minha formação, sendo agora a minha orientadora no Trabalho Final de Curso.

Saber viver

Não sei... Se a vida é curta
Ou longa demais para nós,
Mas sei que nada do que vivemos
Tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:
Colo que acolhe,
Braço que envolve,
Palavra que conforta,
Silêncio que respeita,
Alegria que contagia,
Lágrima que corre,
Olhar que acaricia,
Desejo que sacia,
Amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,
É o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela
Não seja nem curta,
Nem longa demais,
Mas que seja intensa,
Verdadeira, pura... Enquanto durar.

(CORA CORALINA)

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS TEMPOS DA COVID-19: o caso da rede pública do Distrito Federal

JAQUELINE DIAS DE LACERDA

RESUMO

Para tratar a precarização do trabalho docente nos tempos da Covid-19, com foco na rede pública de ensino do Distrito Federal, faz-se necessário uma investigação acerca do mundo do trabalho, das políticas educacionais, da formação docente, do reconhecimento social, das condições de trabalho, da saúde docente, dentre outros fatores que nos levam a entender a profissão. Essas questões, levantadas por autores como Enguita (1991), Peluffo (2014), Ribeiro (2018), Souza (2020) e Tardif (2013) mostram que, ao final, seremos direcionados para o caminho da precarização do trabalho docente. A partir dessas indagações, a presente pesquisa busca compreender a profissionalização e a precarização do trabalho docente nas escolas da rede pública do DF, com foco em um centro de ensino fundamental localizado em Sobradinho-DF, considerando os desafios atuais enfrentados durante a pandemia. Os objetivos específicos são identificar a formação inicial e continuada, classificar os tipos de contrato de trabalho, identificar as condições de trabalho em relação a infraestrutura das escolas e a disponibilização de recursos próprios ou do poder público, descrever a forma de valorização ou desvalorização da profissão e exemplificar a forma como o ensino remoto tem afetado o trabalho desenvolvido pelos docentes. Com base nos resultados obtidos, nota-se que o problema do ensino remoto começa no modo como se deu a sua implementação emergencial e se estende a formação inicial e continuada dos docentes, principalmente em relação ao uso das tecnologias. Conclui-se, portanto, que a precarização do trabalho docente no ensino remoto está relacionada ao aumento da carga horária de trabalho semanal, a desvalorização da sociedade e do governo, as condições mínimas de suporte e formação para o exercício do ofício à distância e a falta de prazos no desenvolvimento das atividades remotas, que acabou acarretando de alguma forma no adoecimento docente, seja ele físico ou mental.

PALAVRAS CHAVE: Professores; Profissionalização; Precarização do trabalho docente; Ensino remoto na pandemia.

PRECARIZATION OF TEACHING WORK IN THE TIMES OF COVID-19: the case of the public network of the Federal District

JAQUELINE DIAS DE LACERDA

ABSTRACT

In order to deal with the precariousness of teaching in the days of Covid-19, focusing on the public school system in the Federal District, it is necessary to investigate the world of work, educational policies, teacher training, social recognition, working conditions, teaching health, among other factors that lead us to understand the profession. These questions, raised by authors such as Enguita (1991), Peluffo (2014), Ribeiro (2018), Souza (2020) and Tardif (2013) show that, in the end, we will be directed towards the path of precarious teaching. Based on these questions, the present research seeks to understand the professionalization and precariousness of teaching work in public schools in DF, focusing on an elementary school located in Sobradinho-DF, considering the current challenges faced during the pandemic. The specific objectives are to identify initial and continuing training, classify the types of employment contract, identify working conditions in relation to school infrastructure and the availability of own or government resources, describe how the profession is valued or devalued and exemplify how remote teaching has affected the work developed by teachers. Based on the results obtained, it is noted that the problem of remote education begins with the way in which its emergency implementation took place and extends the initial and continuing training of teachers, especially in relation to the use of technologies. It is concluded, therefore, that the precariousness of teaching work in remote education is related to the increase in the weekly workload, the devaluation of society and the government, the minimum conditions of support and training for the exercise of the job at a distance and the lack of deadlines in the development of remote activities, which ended up causing somehow in the teaching sickness, be it physical or mental.

KEY WORDS: Teachers; Professionalization; Precarious teaching work; Remote education in the pandemic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBEU: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

COVID-19: Coronavírus Disease (Doença do Coronavírus)-Ano de descoberta

DF: Distrito Federal

Dr.^a: Doutora

EaD/EAD: Educação à Distância

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz

G1: Portal de Notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo

GDF: Governo do Distrito Federal

GEPFAPE: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OMS: Organização Mundial da Saúde

PAS: Programa de Avaliação Seriada

PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNE: Plano Nacional de Educação

Prof.^a: Professora

RA: Região Administrativa

SARS-CoV-2: Síndrome Respiratória Aguda, coronavírus 2

SEEDF: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SES/DF: Secretaria de Saúde do Distrito Federal

TJDFT: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB: Universidade de Brasília

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Casos confirmados pelo Ministério da Saúde do Brasil em 11 de março de 2020	33
Tabela 2: O avanço da Covid-19 no Brasil até 21 de outubro de 2020	34
Tabela 3: Painel de registros até 18 de novembro de 2020	35
Tabela 4: O avanço da Covid-19 no DF até 17 de novembro de 2020	36
Tabela 5: Organização e distribuição de turmas do diurno	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo dos respondentes	47
Gráfico 2: Faixa etária dos respondentes	47
Gráfico 3: Estado civil dos respondentes	48
Gráfico 4: Quantidade de filhos(as) de cada docente	48
Gráfico 5: Respondentes responsáveis pelo sustento da família	49
Gráfico 6: Ano/Turma de trabalho de cada respondente	49
Gráfico 7: Turno de trabalho dos respondentes	50
Gráfico 8: Tempo de atuação	50
Gráfico 9: Regime de trabalho dos respondentes	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A organização do ensino remoto na rede pública do DF	37
Quadro 2: Atualmente você faria a mesma escolha? Caso contrário, qual seria a sua outra profissão?	52
Quadro 3: Por qual razão você se sente motivado para atuar na docência?	53
Quadro 4: Você se considera preparada(o) para o uso das tecnologias?	56
Quadro 5: Na sua opinião, o que causou tantos transtornos na implementação inicial do ensino remoto? Você acha que poderiam ter sido evitados?	57
Quadro 5: Narrativas	60

SUMÁRIO

MEMORIAL EDUCATIVO	16
INTRODUÇÃO	19
1. PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE	22
1.1. Conceito de profissionalização	22
1.2. O ensino em três idades segundo Maurice Tardif	23
1.2.1. Idade da vocação	23
1.2.2. Idade do ofício	23
1.2.3. Idade da profissão	24
1.3. Histórico da formação de professores no Brasil: dos jesuítas à universalização	25
1.4. O Curso de Magistério no Brasil como formação superior	26
1.5. Sistema educacional após a década de 1990	27
2. AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE	29
2.1. Trabalho, Educação e o Capital	29
2.2. Precarização do trabalho docente	29
3. O ESTOPIM DA COVID-19	33
3.1. O cenário da pandemia	33
3.2. O avanço da Covid-19 no Brasil	34
3.3. Situação apresentada pelos dados dos Órgãos Oficiais do Governo	35
3.4. A corrida por uma vacina eficaz ao tratamento da doença	35
3.5. Casos de Covid-19 no Distrito Federal	36
3.6. A educação do DF em meio ao enfrentamento da pandemia da Covid-19	37
3.6.1. 123 dias sem aula na rede pública do Distrito Federal	39
3.6.2. Formação docente para o ensino remoto	39
3.7. O perigo da volta às aulas	40
3.8. Possibilidades de um retorno seguro	41
4. METODOLOGIA	42
4.1. Definição da pesquisa	42

4.2. Condições da pesquisa	43
4.2.2. Contexto da pesquisa	44
4.3. Sujeitos da pesquisa	44
4.4. Instrumento da pesquisa	46
4.5. Coleta de dados	47
5. RESULTADOS	47
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
7. CONCLUSÃO	63
PERSPECTIVAS FUTURAS	65
REFERÊNCIAS	66
BIBLIOGRAFIA	70
APÊNDICE (ROTEIRO PARA O QUESTIONÁRIO)	73

MEMORIAL EDUCATIVO

Me chamo Jaqueline Dias de Lacerda, 25 anos, nascida em Sobradinho-DF, local em que resido até hoje. Sou fruto de famílias que sempre batalharam muito e que saíram de cidades do interior do Nordeste brasileiro para tentarem a sorte nas grandes cidades, seja em São Paulo ou nos primórdios da construção da tão sonhada e idealizada Brasília. Meus pais, um brasiliense que desde muito novo se dividia entre trabalho e estudo e uma nordestina de uma inteligência sem igual, apesar do pouco estudo, trabalharam muito e investiram alto para que eu e meu irmão mais novo tivéssemos as melhores oportunidades educativas possíveis por acreditarem que a Educação é o caminho e a solução para muitos problemas da vida.

Ingressei na Educação Infantil aos quatro anos, fazendo os Jardins I, II e III em uma escola chamada “*Escolinha Encanto Feliz*”, local em que eu realmente fui muito feliz. Até hoje me lembro da professora Ana Clara, a qual chamávamos carinhosamente de tia Ana e que acompanhou a minha turma em todos os períodos. Foi ela quem nos colocou no caminho da leitura e da escrita, e no meu caso, tive a sorte de poder contar também com os ensinamentos do meu pai em casa. Aos sete anos, já na (antiga) 1ª série, fui para uma escola da rede pública, na qual fiquei só aquele ano e por ser mais avançada que os alunos da turma, tive a oportunidade de passar para a série seguinte, mas por escolha própria, continuei na que já estava. Posso dizer que dos oito aos dezoito anos estudei em um único colégio, cumprindo da 2ª à 8ª série no então “*Colégio Barão do Rio Branco*” e os três anos do ensino médio no “*Mont Blanc Centro Educacional*”, pois houve mudança de nome e donos. Meu processo educativo foi muito importante e sou grata por ter tido a oportunidade de participar de atividades que gostava, como as aulas de música, inglês, espanhol, ginástica rítmica, jogos do interclasse e até votações estudantis em que fui eleita, quando estava na 4ª série (2006), para ser vereadora da escola e de fato cumpríamos deveres respectivos aos cargos de cada um. Na fase dos ensinos fundamentais I e II, adorava participar de ações nas quais precisava assumir liderança, pois tinha ânimo e disposição para qualquer coisa.

Sempre gostei de estudar, mas o período do ensino médio, em especial, foi bem puxado, pois o foco da escola era o ingresso no vestibular. Para isso, fazíamos simulados do PAS nos quais obtive medalha de honra ao mérito por dois anos seguidos (1º e 2º ano), mas apesar disso, não tive sucesso no Programa de Avaliação Seriada. Após um período de cursinho para concursos públicos, decidi me dedicar e estudar sozinha para o

vestibular, alcançando a aprovação e ingressando na Universidade de Brasília aos 20 anos, no segundo semestre de 2016. Atualmente estou no oitavo semestre de Pedagogia, já sentindo o gostinho do fim. Pude aproveitar muitas oportunidades ao longo desses quatro anos, como a escrita de artigos publicados em congressos (8º CBEU, 25º Congresso de Iniciação Científica da UnB e 16º do DF), participação no PIBIC-ProIC e apresentação desse trabalho na Semana Universitária de 2019, com o tema “*A produção acadêmica sobre professores (as): estudo interinstitucional da Região Centro-Oeste: profissionalização e precarização do trabalho docente*”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição da Silva Freitas e colaboração das professoras Mônica Maria de Azevedo e Norma Lúcia Neres de Queiroz. Além disso, tive a oportunidade de atuar como avaliadora de projetos no 1º Festival de Tecnologia, Inovação e Ciência (FESTIC), realizado em 2019.

Particpei também, pelo período de dois anos, do projeto de extensão do GEPPe, coordenado pelas professoras Ana Sheila Fernandes, Kátia Curado, Nathália Cassettari e Shirleide Pereira, projeto esse que atua na área de formação inicial e continuada de professores da rede pública do DF, com idas à uma escola classe localizada em Samambaia a cada mês, nas quais apresentávamos propostas e ações a serem trabalhadas em temáticas levantadas pelas docentes que trabalhavam lá, por meio de círculos formativos e de suas narrativas no contexto de todas as dificuldades que enfrentam no exercício da profissão. Foi a partir dessa experiência que adentrei na questão na precarização do trabalho docente, visto que a escola está localizada perto do aterro sanitário da cidade e além do contexto social, as professoras relatavam inclusive situações violentas por parte dos alunos. Outras oportunidades se deram por meio de participações em seminários, palestras, estágios e demais eventos acadêmicos nos quais pude aprender e ter um novo olhar sobre diversos temas e assuntos, além de cada disciplina ser um grande aprendizado diferente para a minha formação.

Escolhi a Pedagogia pois sempre tive professores(as) que admirava muito e que eram grandes parceiros(as). Lembro que desde a Educação Infantil já era encantada por essa profissão e pela metodologia que muitos aplicavam e conseguiam prender a minha atenção e interesse, além de ter a recordação de vê-los como verdadeiros heróis quando era pequena e por isso, a maior parte das brincadeiras que fazia eram relacionadas a ser professora, mesmo quando brincava sozinha e ficava imaginando uma turma cheia de alunos. Para falar a verdade, inspirações não faltaram considerando que tem várias professoras e pedagogas(os) na minha família, incluindo meu pai que se formou no ano

de 2014 e durante seu processo pude ver um pouco do que era trabalhado no curso e como tinha uma relação com a Psicologia, fato que chamou ainda mais a minha atenção. Costumo dizer que a Pedagogia me escolheu em um caminho que já vinha sendo traçado totalmente para nos encontrarmos, mesmo que tenha demorado um pouco.

Como já mencionei, as atividades e situações às quais fui passando ao longo das disciplinas e as trocas de experiências com os(as) colegas de turma foram me transformando minhas crenças a respeito da Educação e pude perceber de perto a importância que ela tem para o mundo e a forma como o(a) professor(a) tem o poder de mudar a vida de um aluno, apesar de tanta desvalorização da sociedade, que inclusive, senti na pele logo que saiu o resultado do vestibular e algumas pessoas tentaram me desmotivar apontando os pontos negativos do ofício ou insinuando que foi uma escolha por não conseguir ingresso em outro curso, trazendo à tona uma fala recente dita pelo atual ministro da Educação, Milton Ribeiro, que em 2020, alegou que “ [...] Hoje, ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa” [...], comprovando o triste cenário enfrentado pelos docentes espalhados pelo país.

No sexto semestre do curso, fiz a primeira fase do estágio supervisionado em um Jardim de Infância da rede pública e me encantei por esse universo. Foi como se essa fosse a experiência que faltava para ter a certeza da escolha que fiz lá em 2016. Por vezes a demanda da instituição se torna pesada, mas é sempre bom ver que mais um obstáculo foi superado. Posso dizer que tem sido uma jornada de muita importância e conhecimento não apenas acadêmico, mas também pessoal, no qual agradeço imensamente a todos(as) os(as) envolvidos(as). Contudo, aproveito para dizer que acredito realmente que a família tenha influência direta na educação de seus filhos e que isso pode ser positivo ou negativo, podendo impulsioná-los ou desmotivá-los. Esse é um dos maiores agradecimentos que faço aos meus pais, pois embora não tenham tido as mesmas oportunidades que puderam proporcionar a mim e ao meu irmão, não desistiram e acima de tudo, acreditaram em mim e em um futuro melhor para nós, quando muitos não podem contar com esse apoio.

Portanto, pretendo honrá-los e honrar também a minha profissão enquanto futura educadora e usar os bons exemplos que tive ao longo da minha trajetória escolar para inspirar e motivar outras pessoas a acreditarem em si e que tudo é possível, mesmo com tantas adversidades, ao mesmo tempo em que aprendo com elas, procurando sempre ser agente da mudança e de uma educação libertadora, pois, fazendo o uso das palavras do grande Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE P, 1968, p. 95).

INTRODUÇÃO

A Covid-19 surgiu na China, em dezembro de 2019, e mudou o mundo inteiro. Causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave, coronavírus 2), está associada “a grupos de pacientes com pneumonia que foram epidemiologicamente ligados a um mercado de frutos do mar e animais vivos na cidade de Wuhan, província de Hubei.”¹ Foi declarada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 – a primeira causada por um coronavírus. Segundo dados da OMS, no dia 02 de abril já tínhamos um total de 50.000 mortes, com casos confirmados em quase todos os países de todos os continentes.

Dada a rápida disseminação da doença, foi necessário adotar o distanciamento social. Logo, o cenário mundial atual se tornou instável, desestruturou a ordem a qual estávamos acostumados e foi necessário nos reinventarmos em meio a luta contra o Novo Coronavírus. Em consequência, diversas áreas do mercado de trabalho precisaram se adaptar às mudanças, inclusive em relação às formas de produção. Veio então a adaptação ao *home-office*², e se antes era considerado como privilégio para alguns, passou a ser fundamental para quase todos, visto que diversas áreas foram afetadas com esse novo modelo, principalmente a Educação. Contudo, é importante dizer que esse modelo de trabalho não foi uma regra, visto que alguns profissionais de serviços essenciais precisaram continuar trabalhando de modo presencial.

Como efeito da pandemia, as salas de aula ficaram vazias e depois de muitos questionamentos veio a decisão de implementar o ensino remoto, no qual foi preciso que o quadro branco se transformasse em uma tela de computador ou celular. Com isso, perdemos o contato diário com outras pessoas, a socialização dos alunos mudou e são muitos os relatos de como estão se adaptando ou enfrentando o ensino remoto. Mas e quanto aos professores? Está sendo fácil para eles? A formação inicial foi útil para a nova forma de trabalho? Como está a organização? Todos estão se adaptando? Se alguns precisavam lidar com as condições precárias, como estão se virando agora? Está sendo saudável fisicamente e mentalmente ou estão em surto como a maioria dos alunos que não lidam bem com a nova demanda e condições de aula? Foram questionamentos como esses que fomentaram e instigaram o desejo de conhecer a fundo essas questões para

¹ Zhu N, Zhang D, Wang W, Li X, Yang B, Song J, et al. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. *N Engl J Med.* 2020; 382: 727-33.

² Realização das tarefas profissionais em casa.

compreender melhor o cenário atual das escolas públicas, com foco em um centro de ensino fundamental, localizado em Sobradinho, V RA do Distrito Federal, fundada em 11 de maio de 1960.

Estudar os desafios enfrentados pelos docentes na região em que se vive é de grande valia para que possamos analisar e tentar chegar a um entendimento a respeito do que acontece em seu ambiente de trabalho. Para isso, a presente pesquisa busca compreender a profissionalização e a precarização do trabalho docente na rede pública de ensino do Distrito Federal, que já existia como um fator negativo e prejudicial muito antes da pandemia da Covid-19, mas se intensificou com os desafios enfrentados a partir dela. Os objetivos específicos são identificar a formação inicial e continuada, classificar os tipos de contrato de trabalho, identificar as condições de trabalho em relação a infraestrutura das escolas e a disponibilização de recursos próprios ou do poder público, descrever a forma de valorização ou desvalorização da profissão e exemplificar a forma como o ensino remoto tem afetado o trabalho desenvolvido pelos docentes.

Portanto, “ser professor hoje é mais complexo que antes. Hoje os professores se deparam com situações diferentes; além de lidar com os saberes, é preciso dar conta de todo o contexto social e tecnológico existente”. (PELUFFO, 2014, p.41). Com todas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho ao longo dos anos, fica evidente

que os baixos salários, a precariedade das condições de trabalho, a insatisfação e o desprestígio profissional estão entre os fatores que promovem o desencanto com a profissão e, em muitos casos, ocasionam o abandono do magistério num processo lento e sofrido para todos os envolvidos. (Lapo e Bueno, 2003, apud LAROCCA e GIRARDI, 2011, p.1934).

E por falar em sofrimento, Martins (2008, apud LAROCCA e GIRARDI, 2011, p.1934), aponta que “a profissão docente foi classificada pela Organização Internacional do Trabalho, em 1981, como uma profissão de alto risco físico e mental”. Isso nos leva à Síndrome de Burnout, associada ao estresse associado ao trabalho e que muitas vezes, leva a desistência após o trabalhador perder a motivação para continuar. Além disso,

Um dos fatores que acarreta a sobrecarga de trabalho de professores é o fato de os profissionais necessitarem levar trabalho para casa, o que muitas vezes afasta o docente do convívio social e familiar. O envolvimento com o trabalho é tamanho que o professor não consegue separar sua vida pessoal da profissional, fato que traz prejuízos para a saúde desse trabalhador, para os alunos e para os cofres públicos, pois muitos docentes necessitam afastar-se para tratamento de saúde. Esses fatores contribuem para a precarização da prática docente. (Arroyo, 2000, apud PELUFFO, 2014, p. 42).

Constatações como essa nos trazem preocupação, ainda mais considerando o cenário atual da pandemia da Covid-19 no qual foi preciso levar todo o trabalho para casa. Considerando estes fatos, a presente pesquisa visa investigar a precarização do trabalho docente nos tempos da Covid-19 na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Para isso, este trabalho está organizado por capítulos, sendo que o primeiro trata da profissionalização docente trazendo um rápido histórico do conceito à legislação, o segundo tratará das condições do trabalho docente trazendo a relação entre a Educação e o Capital e também, o conceito de precarização do ofício, e o terceiro abordará o cenário da pandemia da Covid-19 no mundo, no Brasil e no Distrito Federal e tratará também da implementação do ensino remoto na rede pública de ensino do DF e os desafios enfrentados pelos professores e professoras. A metodologia utilizada foi construída a partir de um estudo de caso. O procedimento de coleta de dados ocorreu por meio de um questionário aberto e um dos resultados que chamam a atenção é a necessidade de criação de políticas públicas de inclusão digital que atendam não só os alunos, mas também os professores e professoras da rede.

1. PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Para dar início a essa discussão, a intenção deste capítulo é tratar da profissionalização docente abarcando o conceito, uma síntese do histórico da formação dos professores(as) no Brasil e a Lei 9.394/96, que é tão importante para a educação brasileira. Para isso, trago Freire JCS (2011), Ribeiro (2018), Tardif (2013), Enguita (1991), Lima (2015), Soares e Bernardo (2016) e Carvalho (1998) para dialogarem com a discussão.

1.1. Conceito de profissionalização

O termo pertence a um contexto muito amplo e de acordo com o DICIO (2020), significa “uma ação ou efeito de profissionalizar ou profissionalizar-se”. Trata-se também de um “processo de treinamento para obter certo nível profissional ou para alcançar maior habilidade num determinado trabalho; capacitação”. Já para Veiga; Araújo; Kapuziniak (2005, apud FREIRE JCS, 2011, p. 43), esse termo é “uma derivação terminológica de profissão, que significa declaração, profissão, exercício, ocupação, emprego”, sendo estritamente ligado a um processo longo de formação geralmente ofertado em nível superior. Essa relação entre a prática profissional de professor e a formação inicial em nível superior pode ser considerada como algo recente, pois possui cerca de 40 anos e apresenta até hoje, muitas mudanças, avanços e também retrocessos em diferentes partes do mundo.

Ribeiro (2018) vai nos dizer que o movimento pela profissionalização docente surgiu por volta dos anos 80, nos Estados Unidos, e como consequência da *universitarização*, passou a substituir a formação dos professores, que desde o século XIX se dava por meio das escolas normais, já que o ensino público obrigatório se restringia às escolas primárias. Foi só no século seguinte que as universidades passaram a se transformar em um espaço de formação docente para atuar nos anos iniciais da educação.

Tardif (2013) também traz esse histórico, afirmando que “a profissionalização constitui certamente a transformação mais substancial que se faz necessária na educação” (TARDIF, 2013, p. 552), pois ela “domina o discurso reformista internacional sobre o ensino e a formação dos professores do ensino básico obrigatório”. (TARDIF, 2013, p. 552). Além disso, faz uma investigação sobre a origem da docência na modernidade e sobre as lentas transformações, nos mostrando que pouco foi conquistado durante as quatro décadas dessa luta e alguns avanços foram temporários. Em seu breve histórico, o autor divide o ensino em três idades que serão destacadas a seguir.

1.2. O ensino em três idades segundo Maurice Tardif

1.2.1. Idade da vocação

Nesse período a *profissão* era entendida como o exercício de uma atividade em tempo integral e como forma de professar a fé, tornando o ensino moderno em uma profissão religiosa. Não era necessário ter formação específica, pois bastava apenas escutar o chamado divino e cumprir a missão. Esse período traz outra característica: um contexto social marcado por mudanças e uma sociedade que buscava entender a importância do trabalho da mulher naquela conjuntura patriarcal. Ao passo que o ensino moderno começou a se configurar, foi somente no século XIX que a maior parte dos países europeus e norte-americanos aceitou homens e mulheres lecionando.

Aproveito para adentrar na questão da desvalorização e da precarização do trabalho docente, visto que as mulheres, incluindo as mais necessitadas, trabalhavam sem salário e sem autonomia alguma, pois

Como o ensino era uma vocação, as condições materiais (salário, estatuto, tarefas, entre outros) ficavam em segundo plano: para as mulheres professoras, pouco importavam as condições materiais, mesmo as mais miseráveis eram obrigadas a desempenhar suas funções. A este respeito, é preciso lembrar que, durante muito tempo, as professoras religiosas trabalhavam de graça e, mais tarde, no século XIX, as professoras leigas sofrerão a concorrência delas e serão por um longo tempo também mal remuneradas. De maneira geral, o trabalho das professoras leigas era instável, precário, cíclico. Elas ensinavam muitas vezes antes de se casarem e abandonavam o trabalho assim que se casavam. (TARDIF, 2013, p. 555).

Fica claro que nessa época já se estabeleciam as hierarquias internas no ambiente de trabalho que tem consequências repercutidas até hoje.

1.2.2. Idade do ofício

Também conhecida como *idade do trabalho*, a Idade do Ofício surge somente no século XIX com o processo de secularização e desconfessionalização das sociedades ocidentais. Em resumo, o século XIX é marcado por mudanças significativas na docência. A Igreja e o Estado se separam e surgem as massas trabalhadoras e operárias, estabelecendo os ganhos salariais. No campo da educação a obrigatoriedade do ensino ficou a cargo do Estado, assim, o trabalho docente deixa de ser vocacional e passa a ser contratual e salarial. Os professores adquirem autonomia relativa quando comparada às

condições dos séculos anteriores e, com o passar do tempo, foram se apropriando de saberes técnicos e de um conjunto de normas e valores.

Foi por meio dessa perda da influência religiosa e da ascensão dos Estados Nacionais que a profissão docente foi sendo integrada gradativamente às estruturas do Estado. Então, no século XX temos a fusão dos ensinos primário e secundário e com isso, a sua obrigatoriedade. A partir disso, a demanda de professores(as) se torna maior e eles passam a trabalhar para “construir uma carreira e obter um salário, ainda que a “mentalidade de serviço” continue presente. A idade do trabalho está, portanto, ligada não somente à estatização da educação, mas também ao impulso da sociedade salarial”. (TARDIF, 2013, p. 556-557). Desse modo, pouco a pouco os professores intelectuais de classe média alta foram substituídos por aqueles de menor prestígio social, também sem autonomia, que foram formando a classe proletária e massacrada. Por sua vez, a obrigatoriedade da formação docente só ocorreu no século XX e teve seu foco voltado para o saber ensinar, então “a experiência concreta passava pela prática, pela imitação e pelo domínio das rotinas estabelecidas nas escolas pelas professoras experientes e respeito às regras escolares”. (RIBEIRO, 2018, p. 66).

O contexto geral parece relativamente positivo, mas não podemos esquecer o fato de que a desvantagem das mulheres em relação aos homens continuou e foi só na segunda metade do século XX (após a Segunda Guerra) que as docentes conquistaram sua autonomia relativa, ganhos salariais e a possibilidade de fazer carreira em um emprego estável.

1.2.3. Idade da profissão

Nesse período o ensino ganha novas aspirações, inclusive no conceito de *profissão*. Tardif (2013) se baseia no conceito norte-americano a partir dos estudos de Martineau (1999) para caracterizar uma profissão oficialmente reconhecida pelas autoridades estatais (por exemplo a medicina, o direito e a engenharia). A partir disso, é possível constatar que a *idade da profissão* não se limita apenas ao ensino. Ao longo do século XX podemos observar que

o crescimento de grupos de especialistas, os quais chamamos de profissionais e que, em todas as áreas (saúde, educação, serviços sociais, justiça, indústria, bancos, etc.), estão cada vez mais envolvidos na gestão das instituições, práticas e problemas humanos e sociais. Esses grupos profissionais criam e controlam o conhecimento teórico e prático necessário às decisões, às inovações, à planificação das mudanças sociais e à gestão do crescimento econômico e tecnológico. Sua existência é em grande parte devida ao

desenvolvimento das universidades modernas que, a partir do século XIX, têm cada vez mais a missão de formar profissionais cuja prática se baseia nos conhecimentos derivados da pesquisa científica. (TARDIF, 2013, p. 559).

Portanto, a profissionalização está intimamente ligada à universitarização, inclusive para o ensino. Fazendo um apanhado desse histórico na profissão com o que Peluffo (2014) nos traz, é possível perceber que o trabalho docente passou por muitas mudanças importantes nas últimas décadas. Para Enguita (1991), a docência é permeada pela ambivalência entre a profissionalização e a proletarização, sendo que o problema começa pela desvalorização do profissional referente ao salário, onde os docentes sentem que vendem sua força de trabalho por um valor menor do que aquilo que é oferecido por ele, bem como as condições para exercer o ofício e a desvalorização, apesar de tanto esforço. Tudo isso nos leva ao problema da insatisfação dos professores para com a profissão.

1.3. Histórico da formação de professores no Brasil: dos jesuítas à universalização

Para iniciar, vale salientar que a discussão a nível mundial é muito complexa e extensa, logo, me limitarei ao nosso país para tentar aprofundar melhor nas condições de formação e trabalho docente no Brasil. Sendo assim, a educação brasileira tem início oficial a partir da chegada dos jesuítas. Aqui, o ensino era pensado pela Igreja, com foco voltado para a catequização dos índios e com vistas a conversão de suas almas à fé cristã. A expulsão dos jesuítas, coordenada pelo Marquês de Pombal, tornou o professor como a figura central do sistema de ensino a partir das aulas régias, ministradas por docentes concursados. O problema é que essas aulas ocorriam na casa dos próprios docentes, fato que mais tarde tornou-se uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo governo português, que acabou não conseguindo dar conta da formação dos professores, deixando vários jovens sem acesso às aulas. Após um período sem muitos avanços práticos, é inaugurada, em 1834, a Escola Normal de Niterói, primeira escola de formação dando início ao período das escolas normais que curiosamente eram frequentadas majoritariamente por homens durante os primeiros 50 anos. O Ato Adicional à Constituição, instituído pelo governo, definiu que o ensino elementar, o secundário e a formação de professores seriam de responsabilidade das províncias. Contudo, apesar das escolas de ensino superior terem sido criadas em 1808, foi só no século XX que a primeira Universidade Federal é criada (a UFRJ).

Outro marco importante foi a promulgação da Lei nº 4.024/61, primeira versão da LDB³, documento histórico que traz o direito de todos a Educação, expressos nos artigos 2 e 3. Adiante, o Capítulo IV trata da Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio nos artigos 52 a 61.

1.4. O Curso de Magistério no Brasil como formação superior

Em 1971 extingue-se as escolas normais e a formação passa a ser feita pelo Curso de Magistério, também conhecido como Curso Normal em Nível Médio, realizado simultaneamente ao ensino médio, portanto, como formação de nível médio, preparava o(a) aluno(a) para ser professor(a) de séries iniciais (da Educação Infantil ao 5º ano do ensino fundamental). Essa formação ainda é aceita em concursos públicos e em escolas privadas como pré-requisito para atuar como professor(a), porém, a LDB/96 recomenda que todos os professores de educação básica tenham formação em nível superior e além dela, o Plano Nacional de Educação (PNE), que contempla os anos de 2014 a 2024, também fazem essa recomendação. Seu objetivo é que até 2024 todos os professores atuantes na educação sejam formados em nível superior.

Inicialmente o curso era predominado por homens, mas com o tempo, as mulheres foram tomando espaço no mercado de trabalho e os homens foram ocupando os postos superiores na hierarquia burocrática. Essa mudança, incluindo a questão dos baixos salários e da desvalorização da profissão, explicam alguns dos fatores que levaram a *feminização da docência*, explicada por Lima (2015):

Há diversas linhas que abordam a feminização docente, entre elas existem as concepções “conservadoras” pautadas pela ideia de “vocação”. As mulheres, portanto, seriam levadas à profissão docente por conta da sua “natureza”, propensa à manutenção das relações humanas e as práticas do cuidado. Dessa maneira, a atividade assimilou peculiaridades naturalizadas como femininas, como, por exemplo, a sensibilidade, o amor incondicional, a tranquilidade, a entrega, etc. Assim, o magistério passa a ser visto como uma atividade que poderia e deveria paulatinamente ser exercido conjuntamente com as atividades do lar. (LIMA, 2015, p.5).

Portanto, o autor nos faz entender que a feminização da docência está ligada ao que consideravam (e alguns ainda consideram) como a “vocação natural” da mulher para com o ato de cuidar. É necessário voltar na trajetória docente para fazer um adendo, pois até a Independência do Brasil, em 1822, não existia educação popular, mas foi a partir

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

desse marco histórico que o ensino passou a ser público e gratuito inclusive para as mulheres, “que só obtém nos termos da lei à educação em 1827, por meio de escolas distintas para meninos e meninas, onde revelavam currículos diferentes de acordo com o sexo.” (LIMA, 2015, p. 4). Contudo, o autor pondera que é incorreto dizer que a entrada progressiva das mulheres na carreira levou à precarização dessa profissão, pois como mencionado anteriormente, os baixos salários já existiam e essa condição precária acabou por afastar os homens desse ofício. Logo, faz-se necessária uma leitura de todo esse contexto para compreender então a feminização do trabalho docente.

1.5. Sistema educacional após a década de 1990

“As transformações no sistema educacional, instituídas pelas reformas educacionais, vieram ao encontro da necessidade de ajustamento da educação ao sistema socioeconômico e político”. (Vieira, 2002; Sheibe, 2002; Kuenzer, 1999, apud FREIRE JCS, 2011, p. 46). A década traz uma série de modificações para a escola, uma delas são as políticas públicas como garantia da qualidade na educação, norteadas pela Lei n. 9.394/1996⁴, legislação que vem alterando a natureza do trabalho educativo e das funções docentes ao ampliar os requisitos de sua profissionalidade:

TÍTULO VI

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- 1.a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- 2.aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (BRASIL, 1996).

Mas apesar de ter surgido como um documento fundamental na transformação do cenário educacional, essa segunda versão da LDB⁵ gerou muita polêmica, pois houve muitas interpretações e críticas quanto a omissão de assuntos importantes. Carvalho (1998) aponta para a necessidade de refletir o que está por trás dessa Lei, que apresenta pontos positivos e negativos, sendo que esses se sobressaem devido a intencionalidade do documento voltada para os interesses da elite e por isso, omite questões por não serem de interesse deles. De acordo com Saviani (1997, apud CARVALHO, 1998, p. 4128), “as

⁴ Mais tarde, a LDB recebeu o nome de “Lei Darcy Ribeiro”.

⁵ Sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996. Trinta e cinco anos depois da promulgação da primeira versão.

faces negativas da LDB são a visão relativamente obsoleta de educação, na qual a mesma não passa do mero ensino, sua postura ultrapassada (a gosto da retrógrada visão do Banco Mundial); os atrasos eletrônicos; problemas com o mundo do trabalho e, sobre a universidade”.

Soares e Bernardo (2016) apontam que a formação docente foi um dos principais pontos de divergência durante a criação da Lei, pois apesar de muitos defenderem a formação docente a nível superior, ela ainda era uma realidade muito distante em nosso país e em consequência disso, o curso de Magistério era a escolha mais recorrente. Os autores mostram também que até o ano de 1990, tínhamos apenas um a cada cinco professores(as) formados pela faculdade, diferente de 2011, quando eram três graduados a cada cinco docentes. Quanto a valorização docente, destacam que a LDB/96 abriu caminho para alguns avanços, conforme relataram duas professoras entrevistadas. Uma delas diz que para os professores(as), a inclusão de horas de estudo pedagógico na carga horária de forma remunerada foi algo positivo. Já a outra, diz que nem tudo virou realidade no que se refere ao piso salarial profissional, pois ainda que tenha sido aprovada a Lei do Piso Nacional, alguns estados e municípios não a cumprem.

Nesse sentido, a Lei 9.394/96 apontou para a necessidade da formação docente em nível superior, portanto, estudar e entender este documento é um processo complexo e só a leitura não basta. Podemos compreender que essa lei abriu espaço para consolidar medidas que melhoraram a Educação, mesmo que ainda deixe muito a desejar, todavia, é preciso considerar também os avanços que foram importantes nas últimas décadas.

2. AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE

A intenção deste capítulo é compreender as mudanças no mundo do trabalho e os impactos na Educação, bem como analisar as condições do trabalho docente e a relação com a precarização. Para isso, foram utilizados estudos de Saviani (2007), Marin (2010), Peluffo (2014) e Souza (2020) para dialogarem com a discussão.

2.1. Trabalho, Educação e o Capital

O *trabalho*, de modo geral, pode ser entendido como um conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim. Dito isso, é preciso entender que sua relação com a Educação sofreu mudanças significativas e uma nova determinação com o surgimento do modo de produção capitalista. Saviani (2007, p.158) aponta que nessa nova forma social, é a troca que passa a determinar o consumo, diferente do que ocorria na sociedade feudal, dominada pela economia de subsistência. Portanto, a estrutura da sociedade deixa de fundar-se em laços naturais para pautar-se na produção pelos próprios homens. Estamos tratando aqui de uma sociedade contratual. “O advento da indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, viabilizada pela introdução da maquinaria que passou a executar a maior parte das funções manuais.” (SAVIANI, 2007, p.158), ou seja, a Revolução Industrial trouxe a simplificação do trabalho. Com isso, podemos citar o conceito de Mais Valia, definida por Karl Marx⁶ como a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, que é a base do lucro no sistema capitalista. Constata-se, portanto, que “o impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção”. (SAVIANI, 2007, p. 159).

2.2. Precarização do trabalho docente

Segundo Marin (2010), diferente dos tempos atuais, inicialmente o termo da precarização não foi tão vinculado ao trabalho docente. Sua significação está relacionada “[...] a mudanças marcadas por características com conotações negativas no conjunto do exercício da função docente”. (Marin, 2010, p.1).

⁶ MARX, Karl. O Capital (Crítica da economia política). Trad. Reginaldo Sant’Ánna. 3ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro Primeiro, Vol. 1

Adiante, a autora faz um estudo a partir das contribuições de Pochmann (1999)⁷, que “analisa o mercado de trabalho identificando variáveis surgidas em decorrência da expansão do neoliberalismo que teve repercussões regulamentadoras em vários países, incluindo o Brasil”. (Marin, 2010, p.1). Essas mudanças as quais se refere são as que ocorrem, principalmente, na década de 1990, sendo elas a “redução de custos no trabalho expressa pelo arrocho salarial; diversas modificações nos direitos dos trabalhadores, nos movimentos sindicais e nas jornadas de trabalho”. (Marin, 2010, p.1).

Contudo, a década de 1980, no Brasil, é marcada pela exigência de um nível maior de formação profissional, reflexo da reestruturação produtiva. Em consequência, na década de 1990, as escolas apresentaram um quadro de precarização e desde então a classe vem sendo marcada por elementos negativos, como as perdas salariais, trabalhistas e previdenciárias, bem como dos contratos estáveis e da estabilidade na carreira.

No entanto, conforme afirma Peluffo (2014), as transformações ocorridas na economia e no mundo do trabalho a partir da década de 1970 já apresentavam novos regimes de trabalho e de contratação, como a terceirização. Essas mudanças exigiram do trabalhador uma competitividade, com a finalidade de ser capaz de atuar em circunstâncias imprevisíveis, como o desemprego e os contratos temporários. Todo esse contexto nos remete a Souza (2020) que traz todo um contexto sobre a materialidade da formação enxuta e flexível para o precariado no Brasil, com o foco voltado para os cursos popularizados como “cursos tecnólogos”, originados dos interesses empresariais e que formam os profissionais para a demanda imediata do mercado de trabalho.

Adentrando nesses elementos, Duarte (2011, apud PELUFFO, 2014, p. 25) aponta para as mudanças nas relações de trabalho e emprego, denominando tal fenômeno de precarização das relações de trabalho que compreende a tentativa de flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista e o que se vê de fato, é uma distância enorme entre o que se diz nas leis e o que acontece nas salas de aula. Os professores vêm em seu exercício a constante necessidade de romper barreiras referentes às reais condições que enfrentam no trabalho, tais que o impedem de desenvolver um trabalho de qualidade, como deveria ser feito e isso vai desde aspectos pedagógicos quanto administrativos. Nota-se que a pressão exercida pelo governo e pela sociedade em sempre responsabilizar o professor pelo sucesso ou fracasso do ensino é um dos motivos do estresse e adoecimento dos profissionais, além da longa jornada que os professores que precisam de

⁷ POCHMANN, M. O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Contexto, 1999.

uma renda extra são obrigados a se submeter, considerando o pouco salário que recebem para a ajuda ou sustento da família.

Santos (2010, apud PELUFFO, 2014, p. 27 e 28), fala de quão complexas são as demandas impostas aos professores nas últimas décadas e que estes acabam por se sentirem responsáveis por todos os problemas da sociedade. Na maioria dos casos, não estão preparados, seja pela má formação inicial e ou continuada, seja pela falta de experiência que jamais lhes foi oferecida antes do ingresso nas salas de aula, pelas condições burocráticas ou pelas diversas situações enfrentadas nas relações de trabalho, que levam principalmente à falta de sentido para o trabalho docente⁸. Esses fatores causam consequências diversas, entre elas, um processo crescente de absenteísmo, ou seja, um crescente padrão habitual de ausências, atrasos e falta de motivação para continuar no processo de trabalho, acarretando em muitos afastamentos de professores(as), resultando na contratação temporária de profissionais para compor o quadro da escola.

Porém, em muitos casos, essa contratação temporária influencia negativamente no trabalho desenvolvido em sala de aula, visto que há casos em que o(a) professor(a) substituto(a) não tem motivação para realizar um trabalho aprofundado por ter um tempo pré-determinado para estar ali e acredita que realizará um trabalho em vão, já que mais cedo ou mais tarde a professora efetiva retornará e trabalhará a seu modo, tendo sido “inútil” tudo o que pretende desenvolver. Embora existam esses casos, Peluffo (2014) mostra que muitos profissionais até tentam passar por cima de todos os empecilhos que encontram no percurso, mas o desgaste é muito grande, levando-os a pensar se vale a pena continuar na profissão.

Além disso, há a problemática do pequeno número de jovens que pretendem ingressar na profissão e mais, grande parte dos ingressantes nas licenciaturas utilizam-na como “trampolim” para poder tentar a aprovação em concurso público a nível superior. A autora destaca que o salário não é um atrativo, afastando esses jovens mesmo quando há o sonho de ser docente, sem contar com a reprovação da família nos dias atuais, contrariando os ideais de um passado em que a profissão era considerada como nobre e respeitada pela sociedade. Por meio desse pensamento, é preciso destacar a desvalorização do trabalho docente de modo que não há como negar o valor de um bom professor e de uma educação, entretanto:

⁸ Diferente do que muitos pensam, não é uma “exclusividade” dos atuantes nas escolas públicas.

os pais desejam bons professores para seus filhos, porém poucos querem que os mesmos sigam a carreira, fato que reafirma a “dureza” de ser professor e, por mais que a sociedade reconheça essa complexidade, a profissão continua não tendo a atenção de que necessita e merece. (Freire, 2009, apud PELUFFO, 2014, p. 40).

Por todo esse contexto social, conclui-se que ser professor nos dias atuais é mais complexo que antes, pois além dos saberes, precisam lidar com todo o contexto social e tecnológico existente. Portanto, quando se fala em precarização do trabalho docente é importante entender que seu significado vai muito além de tratar somente da infraestrutura escolar, perpassando os baixos salários, a má formação inicial ou continuada, a desvalorização do ofício, os contratos temporários, as más condições de trabalho levando em consideração, além da falta dos recursos pedagógicos, também, a má relação entre os trabalhadores e todas as situações que esses fatores desenrolam, como por exemplo, o adoecimento e a falta de motivação.

3. O ESTOPIM DA COVID-19

Este capítulo visa apresentar o panorama da Covid-19 no mundo, no Brasil e no Distrito Federal, bem como o impacto na Educação dos estudantes da SEEDF. Para isso, foram utilizados dados do Ministério da Saúde do Brasil, das Secretarias de Saúde e de Educação do Distrito Federal, do Governo do Distrito Federal e da Organização Mundial da Saúde. Também há as contribuições de Bingham (2020), GEPPHERG/FE (2020), Santos (2020), Cruz (2020), TJDFT e das matérias jornalísticas do Metrôpoles DF, Correio Braziliense e G1/DF.

3.1. O cenário da pandemia

O desconhecido sempre assusta e não foi diferente com o cenário global frente a pandemia, pois a cada dia crescia ainda mais o número de casos espalhados pelo mundo, o que levou a Covid-19 ser declarada como uma pandemia pela OMS em 11 de março de 2020. Nessa mesma data, o balanço do órgão mostrava que havia mais de 118 mil casos em 114 países, com 4.291 mortes contabilizadas. Enquanto isso, ao final da tarde, o Ministério da Saúde do Brasil divulgava um boletim atualizado com o número de pacientes infectados com o vírus, apresentando 52 casos confirmados espalhados por oito estados, 907 suspeitos e 935 descartados, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1: Casos confirmados pelo Ministério da Saúde do Brasil em 11 de março de 2020

Estado	Casos Confirmados
São Paulo	30
Rio de Janeiro	13
Bahia	2
Rio Grande do Sul	2
Distrito Federal	2
Alagoas	1
Minas Gerais	1
Espírito Santo	1
Total	52

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pelo Ministério da Saúde do Brasil

Nota-se que São Paulo foi o estado com mais casos confirmados inicialmente. Porém, após esse anúncio do Ministério, o Hospital Albert Einstein (SP) confirmou mais 16 casos, o estado da Bahia confirmou mais um (chegando a três) e a partir dessa soma, o país chegava então a 69 infectados pelo novo coronavírus. Com toda essa explosão de confirmações em março, é importante dizer que atualmente, os dados do Ministério da Saúde do Brasil indicam que o primeiro caso confirmado no país foi registrado em 26 de

fevereiro de 2020, porém seguiu em investigação até meados de julho devido aos casos apontados como se fossem os primeiros, mas na verdade, não passaram de erros de diagnóstico.

A explicação para tantos casos em tão pouco tempo se dá pela transmissão da doença, geralmente ocasionada de pessoa para pessoa por gotículas geradas quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou exala, contaminando o ar e as superfícies. Devemos considerar também que a rápida disseminação se dá pelo grau de contágio, pois estudos comprovam que uma única pessoa infectada pode contaminar outras cinco ou seis, sendo que o período de incubação varia de 2 a 14 dias. A partir disso, surgiu a importância do isolamento social, ou em casos extremos, ao *Lockdown*, medida radical adotada também por partes do DF, estados brasileiros e alguns países, que consiste em fechar uma região, interditando vias, proibindo deslocamentos e viagens não essenciais, gerando multas ou penas criminais em caso de descumprimento. Portanto, a infecção pode ocorrer ao estar perto de alguém contaminado e inalar o vírus ou também ao tocar em uma superfície contaminada e, em seguida, passar as mãos nos olhos, nariz ou boca. Por esse motivo, o uso das máscaras e as demais precauções (como o uso do álcool em gel e a limpeza das mãos) se tornam tão importantes no combate à doença.

3.2. O avanço da Covid-19 no Brasil

Os dados mensais apresentados pelo Ministério da Saúde consideram algumas variáveis, dentre elas, a data, os casos confirmados, óbitos e taxa de letalidade, conforme apresentados na tabela abaixo:

Tabela 2: O avanço da Covid-19 no Brasil até 21 de outubro de 2020

Data	Casos Confirmados	Óbitos	Taxa de Letalidade
26/02/2020	1	0	0,0%
26/03/2020	2.915	77	2,6%
26/04/2020	62.208	4.244	6,8%
26/05/2020	391.222	24.512	6,2%
26/06/2020	1.274.974	55.961	4,4%
26/07/2020	2.419.091	87.004	3,6%
26/08/2020	3.717.156	117.665	3,2%
26/09/2020	4.717.991	141.406	3,0%
21/10/2020	5.298.772	155.403	2,9%

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pelo Ministério da Saúde do Brasil

Portanto, a partir dessa análise, podemos notar que apesar das medidas de prevenção, nosso país apresenta uma rápida disseminação da doença e esses dados comprovam a necessidade do isolamento social, visto que mesmo nos meses mais recentes, quando há um entendimento maior do que é a doença e como se prevenir, ainda há um crescimento significativo nos registros de casos.

3.3. Situação apresentada pelos dados dos Órgãos Oficiais do Governo

A OMS alega que a doença afeta as pessoas de diferentes maneiras e que os sintomas comuns são: febre, tosse seca e cansaço, enquanto os menos comuns são: dores gerais e desconfortos, dor de garganta, diarreia, conjuntivite, dor de cabeça, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos e dos pés. Além disso, considera que a maioria das pessoas contaminadas apresentarão sintomas leves a moderados e se recuperarão sem tratamento especial, mas apesar dessa informação ter nos trazido um conforto no início, temos o fato de que até 18 de novembro de 2020 lidamos com o seguinte cenário:

Tabela 3: Painel de registros até 18 de novembro de 2020

Local	Casos Confirmados	Recuperados	Óbitos
Global	55.624.562	35.784.056	1.338.100
Brasil	5.981.143	5.389.863	168.140
Distrito Federal	221.031	211.718	3.837

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pelo Ministério da Saúde do Brasil, Secretaria de Saúde do Distrito Federal e The New York Times.

É importante considerar que houve sobrecarga nos serviços de saúde, podendo ser observados erros de digitação e preenchimento de datas erradas nos sistemas de informações, portanto, esse total apresentado muda rapidamente, podendo variar de acordo com o local e o veículo de informação.

3.4. A corrida por uma vacina eficaz ao tratamento da doença

Atualmente não há vacina que comprove 100% de eficácia contra o novo coronavírus, mas há várias em fase de testes ao redor do mundo. As mais avançadas encontram-se na fase 3, última etapa exigida pelas agências reguladoras antes da aprovação e já estão sendo aplicadas em voluntários com resultados preliminares previstos até o final do ano. Ainda assim, alguns países já iniciaram a aplicação na população, porém, conforme as últimas atualizações até a conclusão desse trabalho, temos

notícias de vacinas que comprovam de 90 a 95% de eficácia. Entretanto, Bingham (2020) avalia que

A vacinação é amplamente considerada como a única estratégia verdadeira de saída da pandemia que atualmente está se espalhando globalmente. No entanto, não sabemos se algum dia teremos uma vacina. É importante se proteger contra complacência e otimismo excessivo. É provável que a primeira geração de vacinas seja imperfeita e devemos estar preparados para que não previnam a infecção, mas reduzam os sintomas e, mesmo assim, podem não funcionar para todos ou por muito tempo. (BINGHAM, 2020. p.1)

Diante de toda essa corrida científica e farmacêutica para o alcance da descoberta da vacina de prevenção e segurança realmente eficaz mais esperada, fica a esperança do fim das mazelas derivadas do novo coronavírus.

3.5. Casos de Covid-19 no Distrito Federal

Conforme dados do GDF, o primeiro caso confirmado no Distrito Federal ocorreu em 05 de março, já a contraprova do teste dessa paciente, de 52 anos contaminada em uma viagem à Europa, saiu no dia 07 confirmando o anterior e tornando-a o primeiro caso grave de infecção pelo vírus no país. Passadas duas semanas, o Ministério da Saúde reconheceu, em 20 de março, que a situação havia chegado à transmissão comunitária no território nacional e até o dia 23 do mesmo mês já eram 138 casos, sendo que 8 deles não tiveram relação direta ou indireta com viagens internacionais. Para melhor análise, a tabela a seguir traz um apanhado dos dados mensais apresentados pela SES/DF:

Tabela 4: O avanço da Covid-19 no DF até 17 de novembro de 2020

Data	Casos Confirmados	Óbitos	Taxa de Letalidade (%) ⁹	Mortalidade ¹⁰	Incidência de Casos
05/03/2020	1	0	0	0	0,0
05/04/2020	468	7	1,5	0,2	15,3
05/05/2020	1.707	34	2,0	1,1	55,9
05/06/2020	12.864	186	1,4	6,1	421,4
05/07/2020	51.617	637	1,2	20,9	1690,9
05/08/2020	102.378	1.463	1,4	47,9	3353,9
05/09/2020	148.276	2.474	1,7	81,0	4857,5
05/10/2020	171.852	3.074	1,8	100,7	5629,8
17/11/2020	221.031	3.837	1,7	125,7	7240,9

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal

⁹ Calcula-se a taxa de letalidade pelo nº de óbitos / nº de casos * 100

¹⁰ Calcula-se a taxa de mortalidade pelo nº de óbitos / pelo nº total da população

Nota-se um aumento de casos confirmados a partir de julho/2020, com o maior registro em novembro/2020, maior número de óbitos também em novembro/2020 e maior *taxa de letalidade*¹¹ apresentada em maio/2020, significando, portanto, que embora os casos confirmados tenham aumentado ao longo dos meses¹², a taxa de letalidade teve uma queda considerável. Apesar disso, a *taxa de mortalidade* (impacto de uma doença ou condição em toda a população de uma região), e a *incidência de casos* (proporção de novos casos), aumentaram.

3.6. A educação do DF em meio ao enfrentamento da pandemia da Covid-19

Embora tenhamos enfrentado a pandemia da H1N1 entre 2009 e 2010, não estávamos acostumados ao cenário caótico que se instaurou no mundo. A enxurrada de informações era assustadora apesar de estarmos lidando com algo desconhecido até pouco tempo e o número de mortos crescia cada vez mais, por isso, o Governo do Distrito Federal decidiu fechar o comércio e as escolas como medida preventiva. Conforme o número de contágio crescia, as aulas continuavam sendo suspensas e o que duraria cinco dias, já dura há meses. O quadro abaixo nos guiará pelos acontecimentos e organização do ensino remoto na rede pública do Distrito Federal:

Quadro 1: A organização do ensino remoto na rede pública do Distrito Federal

Linha do tempo	
DATA	EVENTO
12/03/2020	Suspensão das aulas por 5 dias (Decreto n.º 40.509, publicado à noite na Edição Extra do Diário Oficial).
14/03/2020	Antecipação do recesso de 15 dias, referente as férias de julho (Decreto n.º 40.520).
18/03/2020	Suspensão das aulas nas creches (Circular n.º 25/2020).
19/03/2020	Suspensão das aulas estendida até 5 de abril (Decreto n.º 40.539 de 19 de março de 2020).
20/03/2020	Determinação da instituição do teletrabalho de forma excepcional e provisória para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal a partir de 23 de março de 2020 (Decreto n.º 40.546).
01/04/2020	A suspensão das aulas é prorrogada até 31 de maio de 2020 (Decreto n.º 40.583).

¹¹ Proporção entre o número de mortes por uma doença e o número total de doentes que sofrem dela.

¹² Fato que pode ser explicado pela confirmação dos casos que estavam em investigação e só agora estão tendo a comprovação exata, sendo devidamente computados no sistema.

06/04/2020	Transmissão da primeira teleaula para estudantes da rede. Neste mesmo dia, o GDF pediu estudos para analisar uma possível abertura das escolas.
22/04/2020	Liberação do Google Sala de Aula para estudantes do ensino médio. Mais tarde, o ex-secretário de educação, João Pedro Ferraz, explicou o uso da plataforma por uma live no Facebook.
09/05/2020	SEEDF anuncia que os servidores da Educação terão apoio psicológico on-line durante a quarentena.
03/06/2020	A Secretaria de Educação anuncia, através de uma live em seu canal do Youtube, a retomada do ano letivo com aulas mediadas pelas tecnologias.
04/06/2020	Retorno dos gestores.
05/06/2020	Retorno dos professores.
08 a 12/06/2020	Semana de acolhimento e formação.
15 a 19/06/2020	Professores produzem conteúdos para a plataforma.
22 a 26/06/2020	Retorno dos estudantes sem aferição de frequência.
24/06/2020	A Secretaria amplia o período de acolhimento até 13 de julho.
29/06/2020	Início do ano letivo do ensino mediado com aferição da frequência em todas as etapas. Além disso, os professores puderam acessar a plataforma gratuitamente.
02/07/2020	O Decreto n.º 40.939 estabelece o retorno das aulas presenciais para 03 de agosto em seu capítulo III, seção I. Fica estabelecido também que de 27 a 31 de julho, os professores e profissionais da carreira assistência receberão formação específica para atuação presencial em conformidade com os protocolos de saúde e de segurança definidos pelas autoridades competentes.
19/08/2020	Suspensão da volta às aulas presenciais por tempo indeterminado. A decisão foi tomada pelo governador Ibaneis Rocha, pelo novo secretário de Educação, Leandro Cruz e pelo até então secretário de saúde Francisco Araújo. O anúncio foi feito por Leandro Cruz em reunião virtual com os gestores escolares, que reagiram positivamente.
01/09/2020	O secretário de Educação, Leandro Cruz, não garante o retorno das aulas presenciais na rede pública de ensino até o fim de 2020 e segundo ele, os alunos e professores podem ter de concluir o ano letivo on-line.
15/09/2020	A SEEDF anuncia a liberação de internet gratuita para estudantes e professores a partir do dia 16 de setembro para o acesso à plataforma Google Sala de Aula.
30/09/2020	O secretário de Educação do DF anuncia por uma live que a volta às aulas presenciais só acontecerá em 2021.
23/10/2010	A justiça do DF determina a volta presencial na rede pública e dá um prazo de 5 dias para que o GDF apresente plano para a reabertura das escolas, que deveria acontecer em até 20 dias.
24/10/2020	A Procuradoria-Geral do DF informa que iria recorrer da decisão judicial.

26/10/2020	O governador Ibaneis Rocha anuncia que também iria recorrer da decisão que obriga retorno às aulas na rede pública do DF.
27/10/2020	Desembargador afasta determinação de retorno das aulas presenciais no DF. Portanto, o retorno às escolas fica para o ano de 2021.

Fontes: Elaboração própria com dados obtidos pela SEEDF, Metrôpoles DF, Correio Braziliense, G1/DF e TJDFT

3.6.1. 123 dias sem aula na rede pública do Distrito Federal

Esse quadro nos leva a refletir sobre alguns acontecimentos, pois até a implementação do ensino remoto, os alunos da rede pública do DF ficaram sem aula por um período de 123 dias, conforme destaca Santos (2020).

Cruz (2020) aponta ainda que após seis meses de ano letivo, os gestores estão preocupados em relação às dificuldades de avaliar os alunos durante a pandemia, visto que mesmo com a dedicação dos professores, é preciso reconhecer os danos na aprendizagem devido ao distanciamento, mesmo que a comunidade escolar procura se adaptar às novas condições de ensino, reconhecendo os impasses tanto nas aprendizagens dos estudantes que recebem os materiais impressos quanto daqueles que assistem as aulas online.

3.6.2. Formação docente para o ensino remoto

Após esse período sem aulas, decidiu-se pela criação da plataforma “*Educação em Casa DF*”, como uma das medidas de implementação do ensino remoto, anunciada pelo governo do DF como a sala de aula virtual da SEEDF e que tem como objetivo retornar aos hábitos de estudos de forma segura e inovadora. Utilizada por meio do “Google Sala de Aula”, tem acesso exclusivo aos professores e estudantes da Secretaria, em que se estima um total de 456.109 cadastrados. Porém, esse levantamento inclui os estudantes que precisam dividir os aparelhos eletrônicos com outras pessoas e não conseguem acompanhar o conteúdo de modo efetivo, conforme destacam os dados da Secretaria, apresentados por Cruz (2020).

No entanto, a implementação do ensino remoto não foi uma tarefa fácil e o clima inicial era de total estresse por parte dos docentes que não tinham conhecimento nenhum com as ferramentas tecnológicas e medo por parte dos pais e alunos que não possuem condições financeiras que garantissem a continuidade do ensino à distância.

Segundo o GEPPHERG/FE (2020)¹³, inicialmente, os problemas enfrentados pelos(as) professores(as) foram: a dificuldade de acesso às contas da plataforma, que aparentemente estão superados; o desconhecimento tecnológico (total ou parcial) dos docentes; dificuldades de acesso à internet e aos equipamentos eletrônicos; salas de aula superlotadas na plataforma (após o problema de acesso às contas), demonstrando, inclusive, rivalidades existentes entre alunos alocados em diferentes turmas no ensino presencial e a falta de pessoal especializado para implementar as tecnologias, o que poderia ter facilitado algumas etapas tornando-as compreensíveis mais rápido. Todavia, não podemos nos limitar aos pontos negativos, pois há muitos avanços e pontos positivos consideráveis, como o empenho por parte dos professores, que apesar de tudo, conseguiram ou estão conseguindo superar os desafios impostos em tão pouco tempo para dar continuidade ao ensino.

3.7. O perigo da volta às aulas

Várias situações adversas surgiram a partir desse período de ensino remoto, afetando diretamente a educação. Desde pais que precisaram voltar ao trabalho e não tinham com quem deixar os filhos, até os que não viam a hora de mandá-los para a escola. Muitos foram os relatos de pais afirmando que não sabiam que o ato de educar era tão complicado e exaustivo. Diante de tantas circunstâncias e motivos, começou a surgir um movimento em prol da volta às aulas e alegações de que os professores não querem trabalhar, quando temos, na verdade, vários relatos e matérias jornalísticas sobre docentes que estão enfrentando situações extremas para chegarem à determinados lugares para poder entregar o material aos alunos que não têm acesso¹⁴. Professores(as) que gastam dinheiro do próprio bolso para ministrarem suas aulas, seja com materiais¹⁵,

¹³ GEPPHERG/FE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero. Webnário Educação básica pública no Distrito Federal em tempo de pandemia da COVID-19: Experiências, desafios e possibilidades. **Semana UnB 2020 – Sala 1**. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f2A9UmK8vqo>>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

¹⁴ DAMA, Juliana. Professor percorre 30 Km e atravessa igarapé com água no pescoço para imprimir atividades de alunos indígenas em RR. In: **G1 Roraima**. 06/08/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/08/06/professor-percorre-30-km-e-atraversa-igarape-com-agua-no-pescoco-para-imprimir-atividades-de-alunos-indigenas-em-rr.ghtml>>. Acesso em 19 de dezembro de 2020.

¹⁵ SALA, Paula. Nem só de tecnologia vive o ensino remoto: estratégias off-line ampliam acesso às atividades na quarentena. In: **Nova Escola**. 27/07/2020. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/19547/nem-so-de-tecnologia-vive-o-ensino-remoto-estrategias-off-line-ampliam-acesso-as-atividades-na-quarentena>>. Acesso em 19 de dezembro de 2020.

equipamentos eletrônicos ou dados móveis, escancarando ao país a precariedade a qual a maioria dos educadores e a própria educação no Brasil estão submetidos, a começar pela desvalorização do governo e a troca constante de ministros (principalmente da Saúde e da Educação) em meio ao enfrentamento da pandemia. Exemplos negativos não faltam e ainda assim, os(as) professores(as) são apontados como o grande problema da situação, mas e quanto à segurança de toda a comunidade escolar?

Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou na coletiva de 15 de setembro, que “este vírus pode matar crianças, mas as crianças tendem a ter uma infecção mais branda e há poucos casos graves e mortes por Covid-19 entre crianças e adolescentes”. Portanto, apesar dos jovens serem menos afetados pela doença, não deixam de ser transmissores e muitos moram com idosos ou pessoas do grupo de risco, sem falar no quadro de docentes e funcionários das escolas, que também estão neste grupo. Como podemos simplesmente ignorar que vidas estão em risco, quando faltam planos de ação frente à pandemia? A partir do anúncio da Fiocruz em julho, Platonow (2020) alerta que uma volta às aulas presenciais representa um risco não só para as crianças e os jovens e toda a comunidade escolar, mas representa também uma ameaça de contágio pela Covid-19 para outros 9,3 milhões de adultos e idosos que estarão em contato com eles.

Dado o exposto, fica visível que o retorno às escolas e às salas de aula é muito complexo e precisa ser bem analisado, pois é preciso considerar ainda a realidade de algumas escolas que funcionam em condições mínimas ou até mesmo inexistentes, o número de alunos por sala de aula e a possibilidade de não ser possível cumprir as medidas de segurança.

3.8. Possibilidades de um retorno seguro

De fato, o que sabemos até o presente momento é que o ano letivo de 2020 será estendido na rede pública até o dia 28 de janeiro de 2021, embora se reconheça o dano pedagógico causado pela pandemia.

A proposta do secretário de Educação do DF, Leandro Cruz, é que sejam criadas políticas públicas para essa recuperação, de modo que o retorno seja feito com segurança e que os hábitos de higiene do “novo normal” permaneçam.

Pontua ainda que “ninguém recupera a vida perdida”, portanto, apesar de tantas perdas no processo de ensino-aprendizagem, esse retorno precisa ser feito com muita

cautela para que, no ano seguinte, a volta às escolas garanta a segurança da vida de toda a comunidade escolar e sociedade em geral.

4. METODOLOGIA

A pesquisa a seguir foi construída a partir de um estudo de caso. O procedimento de coleta de dados ocorreu por meio de um questionário aberto. Utilizou-se, ainda, princípios dos elementos das narrativas em Cavalcante (2011) para análise e categorização dos dados a partir da leitura das questões abertas, a fim de dar voz aos respondentes.

4.1. Definição da pesquisa

Edward P. Thompson nos leva a pensar as culturas escolares incluindo a categoria de tempo para demarcar a disciplina de trabalho no capitalismo industrial. De que modo as mudanças sociais envolvem a experiência individual? Thompson relata a substituição do canto do galo pelo apito da fábrica (ou dos ponteiros do relógio) para regular o momento de acordar. Tal fato estaria representando uma mudança radical num aspecto da cultura moderna. Conseqüentemente, o controle do tempo pelo relógio gerou estratégias de reação ao tempo controlado pelo capital. Em seus estudos, Thompson introduziu o tempo como elemento da experiência dos trabalhadores. Nesta perspectiva, ao adotar o legado thompsoniano da experiência na cultura escolar, ao analisar os turnos de trabalho, o tempo de escolaridade, o tempo na experiência de qualificação profissional tanto na formação inicial como na formação continuada nos ajudam a compreender a experiência dos trabalhadores da educação a partir das suas narrativas, e, desta forma podemos obter uma visão mais concreta da vivência profissional do professores. A partir disso, cabe citar Cavalcante (2011) que vai dizer que

“Narrar é antes de tudo, uma escolha, onde o narrador faz a opção do quê e para quem narrar. É expor algo, é se expor ao contar o que lhe atravessou e transformou. Narrar é compartilhar uma experiência, é um ato generoso. Narrar é viver e contar, ao contar poder ou não despertar experiências no outro que ouve ou lê o conteúdo narrado.” (CAVALCANTE, 2011, p. 1732).

Portanto, as narrativas que me proponho analisar são “as que narram à existência, as que descrevem uma situação ou até relatam uma informação que marcou a vida das narradoras”. (CAVALCANTE, 2011, p. 1732). Levando isso em consideração, a pesquisa a seguir tem como objetivo central compreender o modo como a precarização tem afetado

as novas condições do trabalho docente no contexto da pandemia. Buscou, ainda, identificar e analisar as consequências do ensino remoto na vida pessoal e profissional dos docentes participantes da coleta de dados e como tem afetado a qualidade do trabalho ofertado.

Devido ao isolamento social, os resultados obtidos foram coletados a partir dos relatos de professores e professoras atuantes em uma escola da rede pública de Sobradinho-DF.

4.2. Condições da pesquisa

A cidade de Sobradinho-DF foi escolhida por se tratar do local em que estudei e resido desde que nasci. Além disso, junto com Ceilândia e Lago Sul, foi uma das regiões com maiores incidências de coronavírus em agosto/2020, ocupando o segundo lugar desse trio, continuando nas primeiras posições até meados de julho/2020.

Inicialmente, a coleta de dados estava destinada aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), porém, das oito escolas contatadas via e-mail, não obtive nenhuma resposta, sendo que uma delas estava com o endereço virtual registrado de forma incorreta e por isso não pôde chegar ao destino. Mudei o foco para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), e consegui o endereço de e-mail de quatro delas, porém, só obtive resposta eletrônica de uma que se confundiu e me passou informações do estágio, mas não retornou o segundo e-mail após a explicação do que realmente se tratava o meu contato. Dadas as condições encontradas, procurei contato pessoal com uma das coordenadoras de um centro de ensino fundamental, anos finais, de Sobradinho-DF, mesmo sem resposta via e-mail, e a mesma se prontificou a repassar o *link* do formulário aos educadores da escola.

Portanto, 12 escolas foram contatadas, não consegui nenhum tipo de contato com sete delas, quatro e-mails retornaram por estarem registrados incorretamente e somente uma respondeu de modo satisfatório após busca por meios pessoais a funcionária ligada à instituição. Além desse contato virtual, tentei contato telefônico com parte delas, mas não fui atendida por nenhuma, fatos que chegam a ser preocupantes considerando as diferentes realidades da comunidade escolar, bem como o agravante do distanciamento social. Todavia, é preciso compreender que há muita generosidade até mesmo por parte da escola que não retornou o segundo contato, pois além das contradições (como a falta de informação vinda das Regionais e SEEDF), ainda há a demanda de toda a comunidade

escolar que procura a escola para resolver suas questões ao mesmo tempo que pessoas externas, tais como pesquisadores (as), que tentam fazer esse contato.

4.2.2. Contexto da pesquisa

Após estes transtornos iniciais, a pesquisa foi realizada com professores(as) de um centro de ensino fundamental de Sobradinho-DF, que oferta o Ensino Fundamental Anos Finais (3º Ciclo), nos períodos matutino e vespertino, a Educação de Jovens e Adultos no período noturno (primeiro e segundo segmentos), Educação Integral para alunos do regular e também é referência na inclusão especial. De acordo com seu Projeto Pedagógico de 2020, a escola passou por várias reformas estruturais de grande porte que tiveram impacto positivo no conforto e acolhimento aos alunos, familiares e funcionários. Com novas iniciativas pedagógicas e disciplinares foi possível proporcionar um cotidiano mais tranquilo e seguro para os estudantes desta escola.

Em relação a realidade da escola, que está inserida em uma comunidade de nível médio a alto, a instituição recebe estudantes com características diversas, pois há os alunos(as) que moram em assentamentos tendo condições mínimas de infraestrutura e alimentação, são de famílias de composições diferenciadas, moram com os avós e ainda tem aqueles que precisam cuidar dos irmãos para que os responsáveis possam trabalhar. Além desses, há os(as) que moram nos condomínios nobres da cidade e não passam dificuldade alguma.

Quanto aos horários, a entrada se dá às 7:30h no matutino e às 13h no vespertino. Nesses turnos em que são atendidos o ensino fundamental, anos finais, há 28 turmas com a seguinte distribuição:

Tabela 5: Organização e distribuição de turmas do diurno

Turno	Nº de Turmas	Ano
Matutino	7	6º ano
Matutino	7	7º ano
Vespertino	8	8º ano
Vespertino	8	9º ano

Fonte: Projeto Pedagógico. Centro de Ensino Fundamental X, 2020.

4.3. Sujeitos da pesquisa

Foram sujeitos da pesquisa nove docentes. Dos nove respondentes, sete se declararam do sexo feminino e dois do masculino. Cada professor(a) foi representado(a)

por nomes fictícios sendo eles: Maria, Joana, Carmem, Lúcia, Roberta, Pedro, João, Luciana e Helena, que serão respectivamente apresentados a seguir.

Maria está na faixa etária acima dos 50 anos, é viúva, tem três filhos e é a única responsável pelo sustento da família. Leciona no 6º ano do ensino fundamental II, no turno vespertino e é formada em Pedagogia e pós graduada em Gestão Escolar. Atua na docência por um período entre 20 a 30 anos, com carga horária de 40 horas semanais (no período anterior a pandemia) sob regime de contrato efetivo.

Joana está na faixa etária de 40 a 50 anos, é viúva, tem dois filhos e é a única responsável pelo sustento da família. Leciona no 9º ano do ensino fundamental II, no turno vespertino, é formada em Letras e é pós-graduada em uma área não especificada. Atua na docência por um período de 20 a 30 anos, com carga horária de 40 horas semanais (no período anterior a pandemia) sob regime de contrato efetivo.

Carmem está na faixa etária de 30 a 40 anos, é casada, tem dois filhos (um menino e uma menina) e não é a única responsável pelo sustento da família. Leciona no 6º ano do ensino fundamental II, no turno matutino e é formada em Ciências Naturais. Atua na docência por um período entre 01 a 10 anos, mas devemos considerar que esta ingressou na profissão durante o ensino remoto, portanto, o tempo de atuação é menor que um ano e não tem experiência no período anterior. A carga horária também é de 40 horas semanais e trabalha sob regime de contrato temporário.

Lúcia está na faixa etária de 30 a 40 anos, é casada, tem dois filhos e não é a única responsável pelo sustento da família. Leciona no 8º ano do ensino fundamental II, no turno matutino e é formada em Matemática. Atua na docência por um período entre 10 a 20 anos, com carga horária de 40 horas semanais (no período anterior a pandemia) sob regime de contrato efetivo.

Roberta está na faixa etária acima dos 50 anos, é solteira, tem um filho e é a única responsável pelo sustento da família. Leciona no 7º ano do ensino fundamental II, no turno matutino e é formada e pós graduada em áreas não especificadas. Atua na docência por um período entre 01 a 10 anos, com carga horária de 40 horas semanais (no período anterior a pandemia) sob regime de contrato efetivo. Diferente dos demais, Roberta não participava das formações continuadas antes do ensino remoto.

Pedro está na faixa etária dos 40 a 50 anos, é casado, tem três filhos e é o único responsável pelo sustento da família. Leciona no 9º ano do ensino fundamental II, no turno vespertino, é formado em nível de licenciatura e bacharel em Educação Física e pós graduado em uma área não especificada. Atua na docência por um período entre 01 a 10

anos, com carga horária de 40 horas semanais (no período anterior a pandemia) sob regime de contrato temporário.

João está na faixa etária acima dos 30 a 40 anos, é casado, tem dois filhos e não é o único responsável pelo sustento da família. Leciona no 6º ano do ensino fundamental II, no turno matutino, é formado em Letras (Português) e pós graduado em Gestão e Coordenação Escolar. Atua na docência por um período entre 10 a 20 anos, com carga horária de 40 horas semanais (no período anterior a pandemia) sob regime de contrato efetivo. Cabe dizer que Pedro foi o único profissional a relatar que não estava conseguindo conciliar o trabalho com as atividades dos filhos, demonstrando assim que nem só as mulheres lidam com as multitarefas.

Luciana está na faixa etária acima dos 50 anos, é solteira, não tem filhos e não é a única responsável pelo sustento da família. Leciona no 9º ano do ensino fundamental II, no turno vespertino e é formada em Música, Artes Plásticas e Sociologia. Além disso, possui o título de mestrado, embora não tenha especificado a área. Atua na docência por um período entre 10 a 20 anos, com carga horária de 40 horas semanais (no período anterior a pandemia) sob regime de contrato temporário.

Por fim, temos Helena que está na faixa etária entre 40 a 50 anos, é casada, tem dois filhos e não é a única responsável pelo sustento da família. Leciona no 8º ano do ensino fundamental II, no turno vespertino e é formada em Matemática. Atua na docência por um período entre 20 a 30 anos, com carga horária de 40 horas semanais (no período anterior a pandemia) sob regime de contrato temporário.

Finalizadas as apresentações, vale ressaltar que estamos lidando com um grupo de profissionais mais “maduro” e altamente qualificado, porém demonstram uma entrada tardia na docência e a vulnerabilidade de um ingresso em meio à pandemia. Além disso, lidamos também com o fato de que o ensino remoto acarretou no aumento de carga horária de trabalho, porém, trarei os resultados desse acréscimo mais detalhadamente adiante.

4.4. Instrumento da pesquisa

A seguinte pesquisa foi realizada por meio de questionário semiaberto, guiado por um roteiro previamente estabelecido, construído de maneira semiestruturada, contendo 30 questões, sendo elas de cunho fechadas e abertas. As primeiras perguntas do roteiro estavam relacionadas aos “*Dados pessoais*”, nas quais se tinha seis questões fechadas, uma de múltipla escolha e uma aberta; Em seguida, tinha-se três questões fechadas correspondentes a “*Atuação profissional*” e 18 questões relacionadas diretamente às

perguntas direcionadas ao “*Questionário*”, das quais 11 foram abertas, cinco fechadas e duas de múltipla escolha.

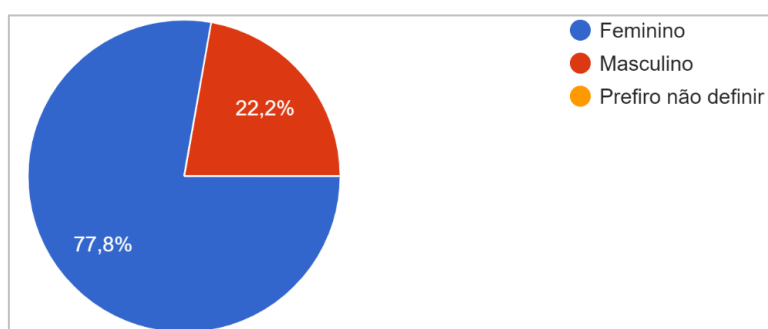
4.5. Coleta de dados

A coleta de dados se deu a partir do envio do *link* do questionário a uma das coordenadoras da escola, que encaminhou prontamente aos docentes da instituição que responderam voluntariamente durante um período de 15 dias.

5. RESULTADOS OBTIDOS

5.1. Sexo

Gráfico 1: Sexo dos respondentes

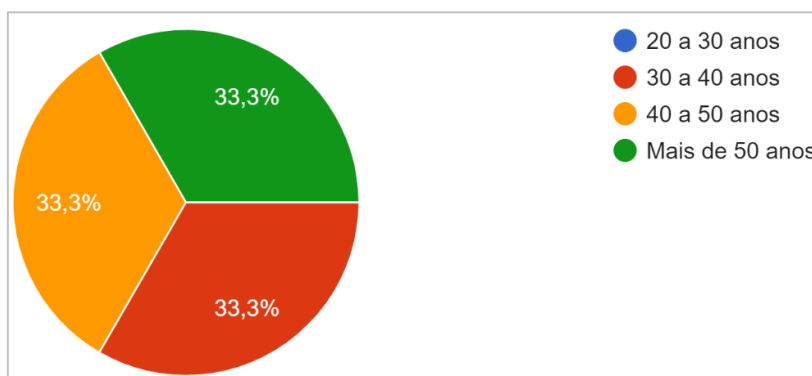


Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Sete dos(as) nove respondentes são mulheres representando o total de 77,8%, enquanto o percentual de 22,2% representa os dois homens respondentes.

5.2. Faixa etária

Gráfico 2: Faixa etária dos respondentes

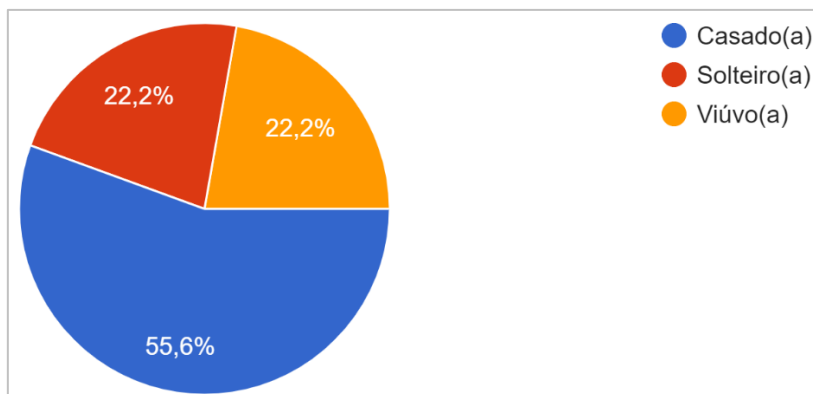


Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Dos nove docentes, três estão na faixa dos 30 a 40 anos, três na faixa dos 40 a 50 anos e três na faixa acima de 50 anos.

5.3. Estado civil

Gráfico 3: Estado civil dos respondentes

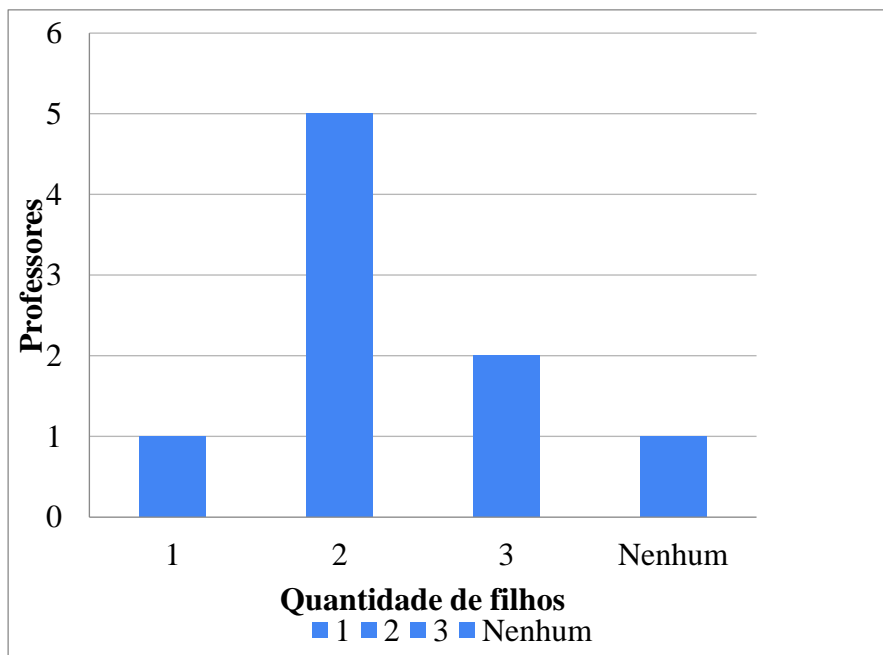


Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Dos nove docentes, cinco são casados(as), dois são solteiros(as) e dois são viúvos(as).

5.4. Filhos

Gráfico 4: Quantidade de filhos(as) de cada docente:

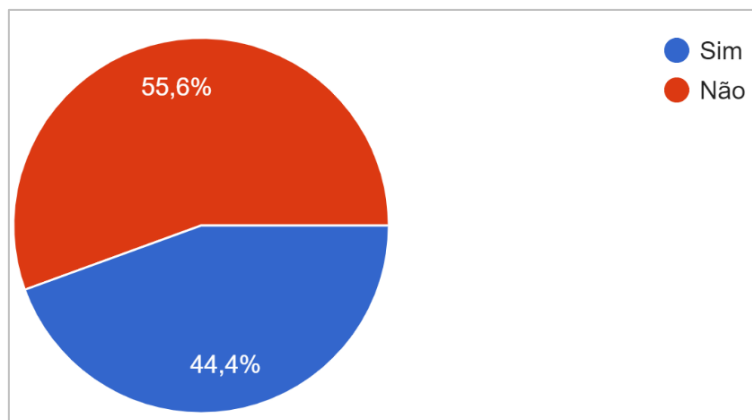


Fonte: Dados coletados pela pesquisadora.

O gráfico nos mostra que 1 professor(a) tem 1 filho; 5 professores(as) tem 2 filhos; 2 professores(as) tem 3 filhos e 1 professor(a) não tem filho nenhum.

5.5. Responsáveis pelo sustento da família

Gráfico 5: Respondentes responsáveis pelo sustento da família

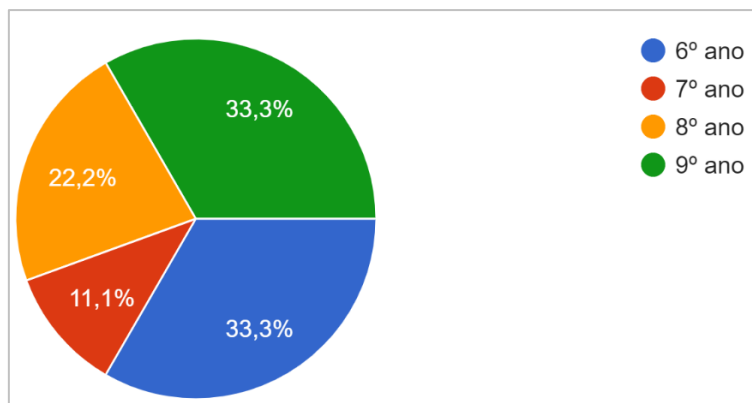


Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Dos nove respondentes, cinco (55,6%) não são responsáveis pelo sustento da família e quatro (44,4%) são.

5.6. Turmas de trabalho no ensino fundamental II

Gráfico 6: Ano/Turma de trabalho de cada respondente

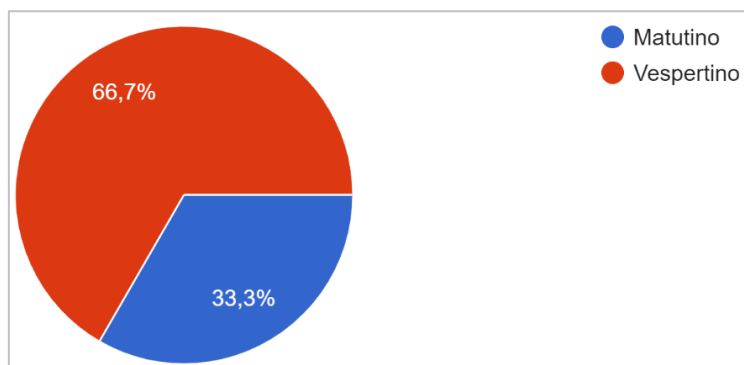


Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

O gráfico 6 nos mostra a diversidade dos respondentes, pois três deles (33,3%) trabalham em turmas do 6º ano, um (11,1%) trabalha em turmas do 7º ano, dois (22,2%) trabalham no 8º ano e três (33,3%) trabalham no 9º ano.

5.7. Turnos de trabalho

Gráfico 7: Turno de trabalho dos respondentes

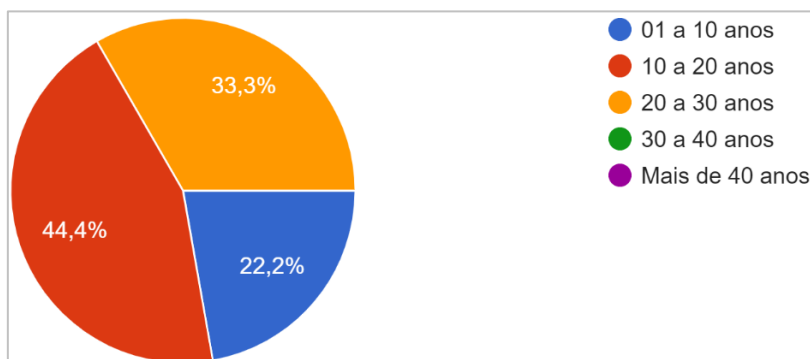


Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Três docentes (33,3%) trabalham no turno matutino, enquanto seis deles (66,7%), no vespertino.

5.8. Experiência na docência

Gráfico 8: Tempo de atuação

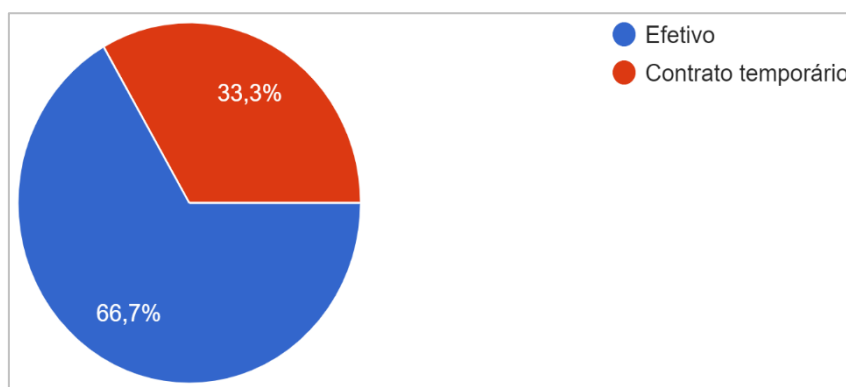


Fonte: Dados colhidos pela pesquisadora

Dois (22,2%) atuam pelo período de 01 a 10 anos; quatro (44,4%) atuam de 10 a 20 anos e três (33,3%) de 20 a 30 anos.

5.9. Regime de trabalho

Gráfico 9: Regime de trabalho dos respondentes



Fonte: Dados colhidos pela pesquisadora

Seis respondentes (66,7%) trabalham sob contrato efetivo, enquanto três (33,3%), sob contrato temporário.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de mais nada, é importante ressaltar que a intenção aqui não é julgar os respondentes, e sim, compreender a realidade de forma crítica a partir dos instrumentos utilizados. Essa análise exige um cuidado para manter o respeito aos professores e professoras que se disponibilizaram voluntariamente para responder às questões.

6.1. Perfil dos respondentes

Com base nos resultados, tem-se o total de nove respondentes, dos quais dois se declaram do sexo masculino e sete do sexo feminino. A faixa etária varia dos 30 a mais +50 anos. Em relação à vida pessoal, tem-se respondentes solteiros(as), casados(as) e viúvos(as) e quatro são os(as) únicos(as) responsáveis pelo sustento da família. Os níveis de formação variam, tendo sido citados cinco cursos de graduação (Pedagogia, Letras, Ciências Naturais, Matemática, Educação Física) e um não especificado. Ao todo, os nove docentes possuem licenciatura, um(a) também tem formação no Magistério, quatro fizeram especialização em alguma área e um(a) tem o título de mestre. O tempo de atuação entre os respondentes varia de 01 a 30 anos, a carga horária de trabalho de todos(as) é de 40 horas semanais, com uma média de aumento no ensino remoto de 3 horas ou mais devido a demanda de atividades. Quanto à contratação, seis deles trabalham sob regime efetivo e 3 trabalham sob contrato temporário.

6.2. Formação inicial e continuada

Em relação a formação inicial, um ponto bastante citado foi a falta de um período maior de estágio e do contato com a prática em sala, conforme responderam Carmem ao dizer que faltou “*maior tempo de estágio (experiência), uma vez que a teoria e a prática são bem diferentes*”, Lúcia tratando da “*vivência na prática*”, Roberta que também menciona “*a prática*”, Pedro que afirma ter faltado “*mais aulas de estágio*” e João que aborda a falta de “*prática em sala de aula para saber lidar com situações de comportamento e relacionamento*”.

Vale lembrar que oito docentes afirmaram que já participavam dos cursos de formação continuada antes da pandemia, enquanto Roberta afirmou o contrário. Adentrando nesses cursos de continuidade formativa, previstos no artigo 63 da Lei 9.394/96, Peluffo (2014) vai abordar o desafio que os professores(as) da rede pública enfrentam em relação a participação e diz ainda que “o esforço e interesse dos professores pela carreira passam pelo quanto esses profissionais se sentem motivados ou não para o exercício da docência”. (PELUFFO, 2014, p. 56).

6.3. Escolha da profissão

As razões que resultaram na escolha da profissão se deram por opção ou escolha pessoal, vocação, identificação, amor à profissão e ao próximo, afinidade e pelo incentivo à curiosidade e estímulo ao conhecimento. Quando perguntados se fariam a mesma escolha, tem-se as seguintes respostas:

Quadro 2: Atualmente você faria a mesma escolha? Caso contrário, qual seria a sua outra profissão?

Respondente	Resposta
Maria	“Magistério sempre foi e ainda é a minha primeira opção”.
Joana	“Sim”
Carmem	“Sim, porém, tenho muita vontade de fazer Psicologia”
Lúcia	“Sou muito apaixonada pela minha profissão”
Roberta	“Sim”
Pedro	“Sim, mas a questão financeira está me forçando a seguir outro caminho. Empresário de loja militar”
João	“Sim”
Luciana	“Não... Mexer com a prática de artesanato e artes plásticas”
Helena	“Não. Computação.”

Dados colhidos pela pesquisadora

Nota-se que cinco docentes disseram que fariam sim a mesma escolha, outros dois responderam que sim, porém, Carmem tem vontade de cursar Psicologia e Pedro, está pensando em abandonar a profissão por questões financeiras. Luciana e Helena disseram que não fariam, sendo que uma escolheria o ramo do artesanato e das artes plásticas e a outra, o da computação.

Para Jesus e Santos (2004, apud KNUPPE, 2006, p. 282-283), essa desmotivação para com a profissão está relacionada com as condições de trabalho oferecidas ao profissional da educação, que muitas vezes não recebem um salário de acordo, trabalham com um grande número de crianças e com poucos recursos tecnológicos.

6.4. Motivação para atuar na docência

Quadro 3: Por qual razão você se sente motivado para atuar na docência?

Respondente	Resposta
Maria	“Porque acredito ser o único caminho para as minorias terem voz ativa para a transformação da realidade do país”.
Joana	“Eu amo esta profissão.”
Carmem	“Poder contribuir com a educação e desenvolvimento do país”
Lúcia	“Sou muito apaixonada pela minha profissão”
Roberta	“Gosto de ensinar”
Pedro	“Gosto muito de ajudar os jovens.”
João	“É a profissão que me sinto realizado. Eu gosto de ver as coisas darem certo e os alunos se formarem.”
Luciana	“Não me sinto motivada no momento”
Helena	“Transmitir conhecimento”

Fonte: Dados colhidos pela pesquisadora

Quanto à motivação, podemos perceber que a maioria está motivado, enquanto um(a) não está. Aqui, a motivação está relacionada ao amor à profissão, ao sonho de transformar a realidade do país e a valorização do exercício crítico da profissão que é dar voz ativa às minorias.

6.5. Aumento da carga horária

Em relação a carga horária, todos relataram que houve um acréscimo de tempo de trabalho, conforme exemplificam melhor os seguintes docentes:

Maria: *“Sim porque ainda estou aprendendo a lidar com as tecnologias”;*

Carmem: *“Esse modelo de aula (remota) requer um maior esforço. Gerando assim maior desgaste e esforço”;*

João: *“Sim, mas por conta da necessidade de formação. Não acho que tenha sido acúmulo ou sobrecarga.”;*

Luciana: *“Houve aumento de trabalho no sentido de fluxo das atividades. Plataforma confusa”;*

Helena: *“Trabalho umas 12 horas diárias para conseguir participar das reuniões, atender alunos, produzir material, relatórios, demandas do WhatsApp no grupo da escola e diário eletrônico.”.*

Embora essa intensificação do trabalho não tenha sido relacionada a um fator de desmotivação, notamos a presença da precarização, pois adentramos no desgaste para alguns, problemas com a plataforma julgada como confusa e professora que, no começo de novembro, ainda precisava se dedicar a aprender a usar as tecnologias, o que nos leva a perceber que a formação para o ensino remoto ajudou, mas não foi suficiente para todos os docentes da rede.

Esses dados retomam a discussão sobre Thompson (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010) que trata da ampliação da carga horária de trabalho docente como categoria importante para revelar as condições de vida dos docentes. Assim sendo, nota-se que há a sobrecarga de atendimento inclusive via WhatsApp, quebrando a linha tênue entre a vida profissional e a vida pessoal, indicando novamente a presença da precarização no trabalho remoto.

6.6. Adoecimento docente

Quando perguntados sobre a saúde, quatro dos nove docentes relataram desconfortos físicos, sendo eles:

Maria: *“Atualmente, muitas dores nas costas e mão por conta do trabalho em casa”;*

Carmem: *“Infelizmente nesse momento, por ficar tempo sentada em frente do computador sinto muitas dores nas costas (coluna)”;*

Roberta, embora não tenha dado detalhes;

Luciana: *“Nestes meses de pandemia sinto muita pressão”;*

E Helena, que fez um apanhado geral do ensino presencial e remoto: *“Minha voz não é a mesma e 6 hérnias de disco (3 na lombar e 3 na cervical) esgotam minha coluna ao longo do dia”.*

A respeito dos desconfortos mentais, vale fazer um paralelo com o subtítulo 6.9., que trata das narrativas, para trazer o relato de João: “Estou mais ansioso e estressado. A sala de aula era um refúgio e um momento de "desestresse". Desse modo, percebe-se que atualmente o adoecimento está relacionado principalmente aos desconfortos físicos, pois constam as dores na coluna advindos da posição que ficam ao longo do dia (sentados em frente às telas) e nas mãos devido a repetição de movimentos, mas é preciso considerar também o desconforto mental por conta da pressão advinda da demanda e pela saudade de estar sala de aula. A contribuição de Helena é outro ponto para reflexão, pois a mesma aproveitou para dizer que a voz já não é mais a mesma, nos levando a outra questão enfrentada pelos que escolhem essa profissão.

Todos esses desconfortos relatados podem acarretar a Síndrome de Burnout que tem se instalado no mercado de trabalho e está diretamente ligada à Educação. Além disso, é caracterizada pela desistência e “relacionada à dor do profissional que perde sua energia no trabalho por ver o que poderia fazer e o que efetivamente consegue fazer.” (PELUFFO, 2014, p. 46). Portanto, o adoecimento docente estará relacionado a ordem física e emocional.

6.7. Trabalho remoto e o uso das tecnologias

Em relação ao uso das tecnologias durante o trabalho remoto, temos os seguintes resultados:

Quadro 4: Você se considera preparada(o) para o uso das tecnologias?

Respondente	Resposta
Maria	“Ainda não, pois o pouco que aprendi até agora foi pela necessidade. Porém, percebo que a partir de agora o ensino passa a ter que incluir a tecnologia como material indispensável.”
Joana	“Estou aprendendo.”
Carmem	“Não muito. Estou aprendendo.”
Lucia	“Sim”
Roberta	“Não”
Pedro	“Mais ou menos, não tenho computador. Faço tudo pelo celular.”
João	“Sim. Tenho facilidade e os cursos de formação foram essenciais.”
Luciana	“Não tanto quanto gostaria”
Helena	“Sempre tive facilidade e um certo domínio com as tecnologias. Sou apaixonada por elas”

Fonte: Dados colhidos pela pesquisadora

Nota-se que a maioria enfrentou dificuldade na implementação do ensino remoto, enquanto Roberta afirma que ainda não se sente preparada. Outros se consideram aptos na medida do possível e temos até o relato de Pedro a respeito da dificuldade por falta de computador, sendo necessário fazer tudo pelo celular, inclusive preparar as aulas. Além de todos esses(as), temos João e Helena que se consideram preparados, o que é outro fato revelador, pois diante dos nove respondentes, menos da metade está preparado(a). Fazendo um paralelo com a questão 9 do questionário, Maria, Lúcia, Roberta, Pedro, João e Helena afirmaram que não usavam recursos tecnológicos para preparar as aulas antes da pandemia, representando o total de seis docentes, enquanto somente três usavam, sendo elas: Joana e Luciana, porém, desse trio, vale lembrar que Carmem, que seria a segunda professora desse trio, ingressou na docência durante o ensino remoto, logo, não fazia o uso das tecnologias para o preparo das aulas. Portanto, temos seis respondentes que não utilizavam as tecnologias, duas que usavam e uma que é ingressante na profissão.

Fica o questionamento levantado por Rocha e Pinho (2011): “Onde estão as tecnologias digitais nos cursos de formação de professores, ou ainda quais as concepções de tecnologias estão sendo embutidas na proposta curricular?” (ROCHA e PINHO, 2011, p. 80). Antes vistos como vilões por grande parte do corpo docente das escolas, quando bem utilizadas, “provocam a alteração dos comportamentos de professores e alunos, levando-os ao melhor conhecimento e maior aprofundamento do conteúdo estudado” (KENSKI, 2007, p. 45). Portanto, nesse momento de tantas incertezas, fica a certeza de que a educação e as tecnologias são indissociáveis, porém, o acesso é desigual não só para os alunos, mas também para os professores(as).

6.7.1 Transtornos iniciais

Quadro 5: Na sua opinião, o que causou tantos transtornos na implementação inicial do ensino remoto? Você acha que poderiam ter sido evitados?

Respondente	Resposta
Maria	“As exigências do governo sem ofertar, nem para funcionários e nem para as famílias, o apoio necessário.”
Joana	“Preparar os docentes e discentes antes.”
Carmem	“Acredito que tudo foi muito repentino e quando algo inesperado acontece, complica. Penso que caso o governo investisse mais no uso de equipamentos eletrônicos na escola, pelo menos os professores já estariam mais familiarizados.”
Lúcia	“Falta de equipamentos e internet”
Roberta	“A falta de experiência com a tecnologia.”
Pedro	“Pouco uso de todos os envolvidos. Poderiam ter sido evitados se as escolas já tivessem investido nessa tecnologia antes.”
João	“A complexidade da situação para a SEEDF, a quantidade de alunos e profissionais envolvidos, a diferença econômica entre os envolvidos, a burocracia. Evitados não, mas amenizados talvez. As aulas foram suspensas em uma quarta à noite. Se essa suspensão tivesse sido planejada (para uma semana pra frente), talvez as escolas tivessem algum tempo de organizar a entrega de material, e-mails, contato com família, etc.”

Luciana	“Falar de preparo no geral, alunos e professores sem o conhecimento mínimo necessário para realizar as propostas.”
Helena	“Nem todos os alunos terem acesso à sala de aula virtual; falta de ambiente adequado no meu apartamento para fazer reuniões e aulas on-line; falta de equipamentos necessários para ministrar aulas on-line. Pouco tempo para dominar uma nova plataforma e esta ser limitada para a matemática (extremamente limitada para o uso dos símbolos). Produzir muito material em pouco tempo com a qualidade necessária. Prazos, muitas reuniões, muitas demandas, muitas cobranças e pouco tempo. Trabalhamos muito mais que 8 horas diárias!!!!”

Fonte: Dados colhidos pela pesquisadora

Percebe-se, portanto, que os transtornos iniciais relatados pelos docentes estão no nicho do uso da plataforma, nas mudanças em pouco tempo, na falta de prazos para a produção de materiais, de espaços adequados para trabalhar, de organização para entregar matérias, do contato com as famílias, bem como a falta de planejamento, de preparação docente em um período anterior (referente aos cursos de formação continuada), a falta de equipamentos, internet, o aumento da demanda e carga horária de trabalho, a falta de tempo e qualidade para a produção das aulas, pouca experiência com as tecnologias e falta de apoio necessário aos funcionários e famílias por parte do governo.

Vale analisar a resposta dada por Maria: “As exigências do governo sem ofertar, nem para funcionários e nem para as famílias, o apoio necessário”, pois Peluffo (2014) resume praticamente todo o exposto até aqui dizendo que “a pressão exercida pela sociedade e pelo governo em responsabilizar o professor pela qualidade e ou fracasso do ensino formal intensifica o estresse profissional do professor, contribuindo para várias doenças.” (PELUFFO, 2014, p. 27). Ou seja, podemos compreender as respostas desse tópico quase como um desabafo feito pelos docentes, que só comprovaram o que muitos estão relatando nas entrevistas dos jornais ou nas páginas e sites a respeito da desvalorização da profissão e da precarização do trabalho docente.

6.7.2. Problemas enfrentados

A partir das respostas colhidas por meio de uma questão fechada, fica notável que a maior parte dos problemas enfrentados estão relacionados aos alunos, seja pelo baixo

desempenho dos mesmos (7 respostas) ou pela dificuldade que muitos deles possuem em relação aos recursos tecnológicos (6 respostas), considerando que esses dois fatores estão diretamente relacionados. Além disso, a falta de participação das famílias é outro problema que a maioria dos docentes estão enfrentando (5 respostas), seguidos da necessidade de dividirem equipamentos como notebook com outra pessoa da casa (3 respostas) e de problema relacionado aos recursos disponibilizados pela escola (1 resposta) em questão de qualidade.

Além desses, as respostas da questão 15, que também é fechada, apontam para os problemas em relação ao trabalho docente, sendo eles: *Condições precárias* (4 marcações); *Alunos com pouco ou nenhum acesso aos materiais e equipamentos* (6 marcações); *Desinteresse dos estudantes* (7 marcações); *Desinteresse da família* (5 marcações); *Salário baixo* (2 marcações); *Desvalorização da sociedade* (6 marcações). Assim como no “Quadro 5” (p. 57-58), os maiores indicadores de precarização estão relacionados aos alunos, dos quais, aqui, referem-se ao pouco ou nenhum acesso aos materiais e equipamentos e ao desinteresse. Em seguida, o fator que aparece em 3º na lista é o da desvalorização da sociedade, seguido pelo desinteresse da família (que também pode estar ligado a desvalorização da profissão docente) e por último, aparece o fator das condições precárias, relacionadas a falta de materiais e equipamentos para os professores (as).

6.7.3. Utilização de recursos próprios ou do governo

Os dados apresentados anteriormente destacam a precarização do trabalho docente, tão presente no ensino remoto. Além desses, as respostas da questão 12 demonstram que seis docentes gastam ou precisaram gastar dinheiro do próprio bolso para dar aula, principalmente para ter qualidade de internet e outros suportes melhores do que aqueles oferecidos pelo poder público. São eles: Maria, Joana, Lúcia, Pedro, João e Luciana. Já Carmem, Roberta e Helena afirmam o contrário.

Dos nove respondentes, cinco deles se beneficiam de algum suporte oferecido, enquanto Pedro, que é um deles, reclama da qualidade, visto que marcou o indicador “*Recursos disponibilizados pela escola (Baixa qualidade ou falta)*” na questão 10 que trata dos problemas enfrentados.

Portanto, constata-se que apesar do poder público oferecer suporte aos docentes, estes não são suficientes já que os sujeitos da pesquisa precisam fazer investimentos próprios para trabalharem com uma qualidade melhor do que a oferecida.

6.8. Narrativas

“A narrativa sempre pressupõe outro. O outro que lê ou escuta a história que tenho a narrar. Nessa interação há oportunidade de ampliar o olhar sobre o narrado.” (CAVALCANTE, 2011, p.1731). Por sua vez, “o narrador conta o que lhe marcou, como aquela situação lhe tocou e quiçá modificou sua vida.” (CAVALCANTE, 2011, p. 1733).

Sendo assim, “não importa o quanto é narrado, mas porque a pessoa escolheu esse fato para ser narrado”. (CAVALCANTE, 2011, p.1734). O objetivo aqui é analisar “o valor, a significação que a pessoa dá ao que ela escolheu para narrar e o porquê o valoriza.” (CAVALCANTE, 2011, p.1734). Portanto, trago os relatos dos professores(as) para melhor compreensão:

Quadro 6: Narrativas

Respondente	Resposta
Maria	<p>O cenário atual é um cenário de grandes incertezas e nos deixa muito vulneráveis a doenças físicas por conta das muitas horas em frente do computador e mental por conta das incertezas.</p> <p>Acredito que uma das possíveis causas de doenças mentais que afetam muitos docentes nesse período seja justamente por causa das incertezas e dos medos, por causa do distanciamento social e essa nova forma de trabalho com as várias atribuições pessoais do professor.</p> <p>Acredito que a partir de agora estaremos começando uma nova história na educação mundial pós pandemia. De agora em diante com certeza teremos a inclusão digital de forma acentuada nas escolas.</p>
Joana	Sim, teremos uma nova forma de atuar no magistério.
Carmem	<p>Eu não posso falar muito, pois não tive experiência antes da pandemia. Já iniciei nesse processo, mas como já citei anteriormente, isso está me causando dores na coluna e também um desconforto emocional.</p> <p>Não acredito em uma nova escola, pois quando tudo isso passar, acredito que tudo isso ficará no "passado", ou seja, será esquecido.</p>

Lúcia	<p>Tenho encontrado dificuldades nesse novo formato de trabalho não pelo uso da tecnologia, mas sim por não sair pra trabalhar.</p> <p>Creio que a escola não será mais a mesma, tanto pela perda de conhecimentos por parte dos alunos, quanto pela forma de trabalho dos professores, muitos continuarão a usar a tecnologia.</p>
Roberta	Com certeza, teremos uma nova escola. Não sei como será.
Pedro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não afetou. 2. Sinto falta do contato com meus alunos (Educação Física). 3. Acredito que aos poucos tudo voltará ao normal.
João	<p>Estou mais ansioso e estressado. A sala de aula era um refúgio e um momento de "desestresse".</p> <p>Da maneira possível. Com muitas reuniões online. Muito contato telefônico com alunos e pais de alunos. Muitas estratégias frustradas e outras de sucesso.</p> <p>Acredito. Primeiro, o uso da tecnologia é um caminho sem volta, precisamos de uma situação dessas para que muitos professores fossem obrigados e enxergar que a educação precisa da tecnologia de sincronização. Segundo, as ações dentro da escola, conscientização de higiene, contato e limpeza. E por último, a noção de que a avaliação não deve influenciar no curso do aluno durante seu período de educação e sim na qualidade, o fim inadiável da retenção/reprovação, a educação vista como cumprimento do tempo necessário e não como o retrógrado vencimento das barreiras/séries.</p>
Luciana	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tenho mais confiança e paciência. 2. Aumentei minhas atividades físicas e o fato de não estar em sala me estabilizou emocionalmente 3. Se tivermos realmente condições de suporte tecnológico e os alunos também, será ótimo.
Helena	<p>Apesar do trabalho triplicado, não tenho nenhum problema em estar em confinamento. A pandemia tem incomodado basicamente no fato de não poder estar mais perto da minha mãe e sogros (+ de 80 anos!!!). Me adaptei bem a nova forma de trabalho e</p>

hoje digo que conseguiria permanecer assim por muito tempo. Não sei o que esperar para o próximo ano, mas o que tiver que ser a gente vai se adaptando. O que eu sei é que os jovens não entenderam o que é o distanciamento e quando retornarem será tudo como era antes. O mesmo aconteceu com a H1N1 (e suas mutações) e não conseguimos deixá-los mais conscientes. Uma mesma garrafinha de água circulava por todos da sala em plena crise daquela que era considerada uma gripe fatal. Com a Covid não será diferente.

Fonte: Dados colhidos pela pesquisadora

Identifica-se, portanto, que as narrativas expressam os sujeitos da pesquisa, pois se nota um misto de sentimentos nos relatos. Temos docentes que abordam as dores físicas e a questão dos desconfortos emocionais derivados do medo e das incertezas. Contudo, tem-se dois lados de uma mesma situação, pois enquanto Pedro, que é professor de educação física, sente saudade do contato com os alunos, João e Lúcia sentem falta das salas de aula, Luciana diz se sentir melhor afastada.

A respeito das mudanças no retorno presencial, Maria, Joana, Roberta e João afirmam que teremos sim uma “nova escola”. Já para Lúcia, essa mudança está relacionada às perdas pedagógicas que ocorreram ao longo do ensino à distância. Por sua vez, Luciana não afirma e nem nega uma “nova escola”, mas trata das condições de acesso dos envolvidos, pois se todos forem alcançados com suporte tecnológico, a herança do uso do ensino remoto tende a ser agregadora no processo educativo. Porém, ao contrário dos demais, Pedro e Helena acreditam que aos poucos tudo voltará ao que era antes da pandemia.

Portanto, nota-se que os impactos das tecnologias na profissão docente não estão relacionados apenas à vida profissional, mas também à vida pessoal, visto que enquanto alguns relatam situação de estresse por estar em confinamento, outros dizem não se sentir afetados em nada. Inclusive, Luciana está com mais tempo para cuidar de si e fazer atividades físicas, o que conseqüentemente influenciará em sua qualidade de vida. Em relação ao trabalho, aparece novamente o aumento da demanda de atendimentos e comenta-se sobre as estratégias que foram frustradas, enquanto outras tiveram sucesso.

6.9. Aprendizados

A última pergunta trazia a seguinte questão: Diante de tantas mudanças, explique qual foi o seu maior aprendizado pessoal e profissional? E a partir das respostas, constatase que os aprendizados se mesclam entre pessoais e profissionais, pois os respondentes afirmam que aprenderam a ter paciência, tolerância, reaprenderam a dar aulas, buscaram formas para a disponibilidade de ensinar e aprenderam a ressignificar situações nesse período, com certeza, estes últimos terão um novo olhar em relação ao exercício da profissão.

Arrisco dizer que se pudermos tirar algo bom desse período de caos e tristeza para tantas pessoas, seria o *aprendizado*, que dentre tantos significados, revela que os professores continuam na peleja de cumprir os seus deveres para com a sociedade e com os seus alunos, não se deixando abater diante de tanta luta, tensão, ansiedade e desvalorização, preferindo acreditar e seguir no caminho da tolerância e da superação, não importando o obstáculo.

7. CONCLUSÃO

A pesquisa apresentou um grupo de profissionais na faixa etária de 30 a +50 anos, sendo que dos nove respondentes, quatro são os únicos responsáveis pelo sustento da família. Em nível de graduação, aparecem cursos variados, visto que estamos lidando com professores(as) dos anos finais do ensino fundamental. O tempo de atuação profissional varia de 01 a 30 anos e quanto aos tipos de contrato, seis trabalham sob regime efetivo e três sob temporário. Portanto, o perfil dos profissionais demonstra um grupo de profissionais “maduro” e altamente qualificado, porém, revelam ainda uma entrada tardia na docência e a vulnerabilidade de um ingresso em meio à pandemia.

A partir dos resultados, fica claro que a Covid-19, bem como o ensino remoto, aumentaram a precarização do trabalho docente que já existia antes da pandemia, se revela no aumento da carga horária de trabalho semanal e no gasto de dinheiro próprio para conseguirem ofertar suas aulas com qualidade aquém da que é oferecida pelo poder público. Revela-se, ainda, nas condições de trabalho, na formação inicial que deixou a desejar em relação aos períodos de estágio e as tecnologias, demonstrando que foi algo trazido e perpetuado na continuidade, visto que foram muitos os relatos do não uso dessas tecnologias na preparação das aulas antes da pandemia.

Além disso, observa-se ainda outro ponto que chama a atenção em tempos como esse: a desvalorização da sociedade e do governo, que ainda tenta culpabilizar os

educadores quando, na verdade, ofereceram condições mínimas de suporte e formação para o exercício do ofício à distância, que pela falta do estabelecimento de prazos, acarretou de alguma forma no desconforto físico ou mental dos professores(as), seja por passarem várias horas sentados em frente às telas, ou mental, resultando em ansiedade e exaustão.

Contudo, percebe-se ainda a necessidade da criação de políticas públicas de inclusão digital que contemplem não só os(as) estudantes, mas também os(as) professores(as) em um “novo normal” que tem tudo para dar continuidade ao uso das tecnologias no campo educacional. Faz-se necessário destacar também a necessidade de uma reformulação das avaliações formativas de modo que seja de fato reflexiva, crítica, significativa e que envolva o sujeito e o contexto ao qual está inserido.

Cabe destacar o misto de sentimentos no relato dos(as) professores(as), pois apesar das dificuldades, a maioria se sente motivado(a) para atuar no docência e continuam cumprimento seu compromisso de educar e ajudar a transformar o mundo e as realidades a partir de uma educação capaz de dar voz e libertar os oprimidos. Dito isso, imagino que

A esta altura muitos leitores e leitoras estarão se perguntando se eu não estaria idealizando a figura do professor, ignorando totalmente a estrutura caótica imposta às redes e sistemas de ensino pelo estado capitalista que acaba culpabilizando o próprio professor pelos fracassos da escola. O cenário não é otimista. Eu não poderia, de forma alguma, ignorá-lo. Ao contrário, precisamos reacender o sonho de ser professor com sentido, justamente para combater esse estado de coisas. Precisamos reafirmar o sonho justamente, como nos diz Paulo Freire, para fazer frente “à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia”. Sair do plano ideal para a prática, não é abandonar o sonho para agir, mas agir em função dele, agir em função de um projeto de vida e de escola, de cidade, de mundo possível, de planeta... um projeto de esperança. (GADOTTI, p. 74, 2003).

Assim sendo, finalizo com estas palavras de Gadotti (2003), que nos traz uma parte do legado que Paulo Freire nos deixou: os sonhos e a esperança. Seguimos sonhando e esperando que esse cenário de pandemia tenha fim e que o retorno às escolas e às salas de aula se dê de modo seguro para toda a sociedade e comunidade escolar.

PERSPECTIVAS FUTURAS

É uma honra chegar até aqui, ainda mais que se vem de famílias que precisaram migrar do Nordeste para o Sudeste e Centro-Oeste buscando condições melhores de vida. Muitos familiares precisaram abandonar os estudos ao longo da caminhada e nunca mais retornaram, enquanto alguns conseguiram concluir a etapa escolar depois de muitos anos e outros ainda conquistaram o tão sonhado diploma de nível superior. Tive muita sorte de ter pais que trabalharam muito para investir na minha educação, então a minha trajetória educacional me possibilitou muitas oportunidades. Estar finalizando essa graduação é um orgulho para mim, pois é um dos frutos de tamanho esforço e dedicação daqueles que sonharam junto comigo.

A vida acadêmica exige muita força de vontade para continuar, pois são muitos os obstáculos, mas agradeço imensamente a Universidade de Brasília e a Faculdade de Educação por todas as experiências vividas e por tantos aprendizados ao longo das disciplinas, estágios obrigatórios, Semana Universitária, Projeto de Extensão do GEPFAPe, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-ProIC), dentre outras ações da instituição. Desse modo, pude conhecer diversas áreas que perpassam a Pedagogia, entretanto, as áreas que mais chamam a minha atenção são a Psicopedagogia e a Educação Infantil.

Portanto, após concluir a graduação, pretendo dar continuidade aos meus estudos e fazer uma especialização na área da Psicopedagogia, mas como sonhadora que sou, confesso que tenho desejo de dar continuidade a essa temática apresentada no meu Trabalho Final de Curso, então, quem sabe se não tentarei até uma qualificação no mestrado? Alcançar o título de mestre seria outro orgulho para mim. Pretendo, também, estudar para concurso público, conquistar a tão sonhada vaga na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e atuar no segmento da educação infantil.

Assim sendo, creio que o término desta graduação não é o fim, mas o começo de uma longa jornada que ainda está por vir. E eu, enquanto futura educadora, pretendo honrar os meus pais e a minha profissão, ajudando os meus futuros alunos e alunas no caminho de uma educação libertadora.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 121 p. (Humanitas Pocket). ISBN 9788570418678

BINGHAM, Kate. The UK Government's Vaccine Taskforce: strategy for protecting the UK and the world. **The Lancet**. Published online October 27, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32175-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32175-9). Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32175-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32175-9/fulltext)>. Acesso em 02 de nov. de 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Documenta**, Brasília, DF, n.1, 1962.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Senado Federal, Brasília. DF), 1986.

BRASIL. Painel Coronavírus. **Ministério da Saúde do Brasil**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 21 de out. de 2020.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 5, n. 2, p. 81-90, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73131998000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73131998000200008>.

CAVALCANTE, Rejane M. Duran Dirques. A narrativa docente: uma prática de formação. In: **X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE**. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Curitiba, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5260_2566.pdf>. Acesso em 20 de nov. de 2020.

CRUZ, Carolina. Aulas a distância: diretores de escolas do DF apontam dificuldades na avaliação de alunos durante a pandemia. **G1 DF**. 09/11/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/11/09/aulas-a-distancia-diretores-de-escolas-do-df-apontam-dificuldades-na-avaliacao-de-alunos-durante-pandemia.ghtml>>. Acesso em 19 de dez. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Circular nº 25/2020 – SEE/ SUPLAV. Funcionamento das Instituições Educacionais Parceiras e creches privadas e creches privadas. **GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, DF. 18 de março de 2020.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 40.509, de 11 de março de 2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF. n.º. 25, 11 de mar. 2020. Edição Extra, p. 3.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 40.520, de 14 de março de 2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF. n.º. 28, 14 mar. 2020. Edição Extra, p.1.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 40.539, de 19 de março de 2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF. n.º 33ª, Edição Extra, seção 1 de 19/03/2020. p. 1.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 40.546, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF. n.º 34 A, Edição Extra, seção 1 e 2 de 20/03/2020. p.2.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 40.583, de 1º de abril de 2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF. n.º 44, Edição Extra, seção 1 e 2. p. 1-2.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 40.939, de 02 de julho de 2020. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF. n.º 105, Edição Extra, seção 1 de 02/06/2020. p.1.

DISTRITO FEDERAL. Escola em Casa DF. **Secretaria de Educação**. Disponível em: <<https://escolaemcasa.se.df.gov.br/>>. Acesso em 31 de out. de 2020.

DISTRITO FEDERAL. Painel COVID-19 no Distrito Federal. **Secretaria de Saúde**. Disponível em: <https://covid19.ssp.df.gov.br/extensions/covid19/covid19.html#>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. **Revista Teoria & Educação**, [s.l.], n.4, 1991. Disponível em: <https://www.academia.edu/15773660/Teoria_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Dossi%C3%AA_interpretando_o_trabalho_docente>. Acesso em 31 de ago. de 2020.

FREIRE, José Carlos da Silveira. Formação e Profissionalização Docente: Sentidos e Perspectivas de Análise. Cap. 2, p. 43-57. In: **Professores e professoras: formação: poíesis e práxis** / Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de Souza e Solange Martins Oliveira Magalhães (organizadoras). – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-166. 1968.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido** / Moacir Gadotti. – Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

KNUPPE, Luciane. Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do Ensino Fundamental. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 27, p. 277-290, June 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000100017&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000100017>.

LAROCCA, Priscila; GIRARDI, Paula Giulce. Trabalho, Satisfação e Motivação Docente: um estudo exploratório com professores da educação básica. In: **X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE**. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Curitiba, 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5429_2605.pdf>. Acesso em 25 de nov. de 2020.

LIMA, Edmilson Marinho de. Feminização do trabalho docente. Em: **Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis-SC. 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945030_59015b7bd36c8fc038ee6a08466d2345.pdf>. Acesso: 14 de out de 2020.

MARIN, A.J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

PELUFFO, Eter Cristina Silva Balestí. Trabalho docente: desafios atuais. 2014. x, 99 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PLATONOW, Vladimir. Volta às aulas coloca em risco 9,3 milhões de adultos e idosos. **Agência Brasil**. 22/07/2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/volta-aulas-coloca-em-risco-93-milhoes-de-adultos-e-idosos#:~:text=A%20volta%20%C3%A0s%20aulas%20no,esses%20estudantes%20na%20mesma%20casa>>. Acesso em 08 de nov. de 2020.

PROFISSIONALIZAÇÃO. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/profissionalizacao/>>. Acesso em: 11 de out. de 2020.

RIBEIRO, Danielle de Oliveira. História da docência e autonomia profissional: notas sobre experiências em Portugal, Quebec e Canadá. Cap. 4 p. 61 a 85. In: MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto; AFFONSO, Cláudia Regina Amaral; NEPOMUCENO, Vera Lucia da Costa. (Orgs.) **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

ROCHA, José Damião Trindade; PINHO, Maria José de. A Presença-Ausência das Tecnologias Digitais na Formação de Professores. Cap. 4, p.75-97. In: **Professores e professoras: formação: poíesis e práxis** / Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de Souza e Solange Martins Oliveira Magalhães (organizadoras). – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>.

SANTOS, Sheila. Alunos da rede pública ficam meses sem atividades remotas na pandemia. **Jornal de Brasília**. 31/08/2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/brasil/alunos-da-rede-publica-ficam-meses-sem-atividades-remotas-na-pandemia/>>. Acesso em 19 dez. 2020.

SOARES, Marcelo; BERNARDO, Nairim. 20 anos da LDB: como a Lei mudou a Educação. In: **Site Nova Escola**. 19 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4693/20-anos-ldb-darcy-ribeiro-avancos-desafios-linha-do-tempo>>. Acesso em 01 de out. de 2020.

SOUZA, José dos Santos. CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA: A MATERIALIDADE DA FORMAÇÃO ENXUTA E FLEXÍVEL PARA O PRECARIADO NO BRASIL. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], v. 18, n. 36, p. 320-342, may 2020. ISSN 1808-799X. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42812/24491>>. Acesso em: 13 sep. 2020. doi:<https://doi.org/10.22409/tn.v18i36.42812>.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 123, pág. 551-571, junho de 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000200013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 28 de set de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000200013>.

Zhu N, Zhang D, Wang W, Li X, Yang B, Song J, et al. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. *N Engl J Med*. 2020; 382: 727-33.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Rodrigo. A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização. In: **Gazeta do Povo**. 11 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/>>. Acesso em 28 de set. de 2020.

BEA. Covid-19: Desembargador afasta determinação de retorno das aulas presenciais no DF. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF**. 27/10/2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/outubro/covid-19-desembargador-afasta-determinacao-de-retorno-das-aulas-presenciais-no-df>>. Acesso em 31 de out. de 2020.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 34, n. p. 157-168, jul-dez. 2012.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amaurília. A gênese das instituições escolares no Brasil: os jesuítas e as casas de bê-á-bá no século XVI. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1-2, p. 35-54, 2005.

BOTTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à Universidade. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, v. 16 n. 44, mai-ago, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta de novas formas para a formação do professor avança. In: **Portal do MEC**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/72091-proposta-de-novas-normas-para-a-formacao-do-professor-avanca>>. Acesso em 05 de out. de 2020.

BRASIL. Primeiro caso de Covid-19 no Brasil permanece sendo o de 26 de Fevereiro. **Ministério da Saúde**. 17/07/2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-permanece-sendo-o-de-26-de-fevereiro>>. Acesso em 08 de nov. de 2020.

CRUZ, Carolina. Justiça do DF determina volta das aulas presenciais na rede pública. **G1 DF**. 23/10/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/23/justica-do-df-determina-o-retorno-das-aulas-presenciais-na-rede-publica.ghtml>>. Acesso em 31 de out. de 2020.

DISTRITO FEDERAL. EducaDF contra Covid-19. **Secretaria de Educação**. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/category/educadf-contra-covid-19/>>. Acesso em 31 de out. de 2020.

DISTRITO FEDERAL. Informe sobre o coronavírus no DF, dia 23 de março, às 19h. In: **Agência Brasília**. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/23/informe-sobre-o-coronavirus-no-df-dia-23-de-marco-as-19h/>>. Acesso em: 21 de out de 2020.

DISTRITO FEDERAL. Portal Covid-19. Casos registrados no DF. **Governo do Distrito Federal**. 02/11/2020. Disponível em: <<http://www.coronavirus.df.gov.br/>>. Acesso em 02 de nov. de 2020.

FONSECA, Thaís Nívia. Civilizar e educar os súditos na América Portuguesa: reformas, impactos, cotidiano. In: **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

G1. Paciente que testou positivo para coronavírus no DF está em estado grave e respira com ajuda de aparelhos. **G1 DF**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/07/paciente-que-testou-positivo-para-coronavirus-no-df-esta-em-estado-grave-e-respira-com-ajuda-de-aparelhos.ghtml>>. Acesso em 21 de out de 2020.

G1. Últimas notícias de coronavírus de 11 de março. **G1 Notícias**. 11/03/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-11-de-marco.ghtml>>. Acesso em 02 de nov. de 2020.

GEPHERG/FE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero. Webnário Educação básica pública no Distrito Federal em tempo de pandemia da COVID-19: Experiências, desafios e possibilidades. **Semana UnB 2020 – Sala 1**. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f2A9UmK8vqo>>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

JUNIOR, Hédio Ferreira. GDF estende teletrabalho de servidores a partir da próxima semana. **Agência Brasília**. Governo do Distrito Federal. 20/03/2020. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/20/gdf-estende-teletrabalho-de-servidores-a-partir-da-proxima-semana>>. Acesso em 31 de out. de 2020.

MEIRELES, Leonardo. Educação não faz previsão para retorno presencial das aulas no DF neste ano. **G1 DF**. 01/09/2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-nao-faz-previsao-para-retorno-presencial-das-aulas-no-df-neste-ano>>. Acesso em 31 de out. de 2020.

MUNDO VESTIBULAR. Descubra como funciona um curso de magistério. In: **Mundo vestibular**. Disponível em: <<https://www.mundovestibular.com.br/cursos/curso-magisterio-como-funciona/>>. Acesso em 06 de out. de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Doença por coronavírus (COVID-19). **World Health Organization (WHO)**. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-coronaviruses#:~:text=symptoms>>. Acesso em 02 de nov. de 2020.

Plano Nacional de Educação. Lei Nº 13.005/2014. In: **PNE em Movimento**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 10 de out. de 2020.

TEIXEIRA, Isadora. Secretário de Educação diz que volta às aulas presenciais no DF ocorrerá só em 2021. **Metrópoles DF**. 01/10/2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/secretario-de-educacao-diz-que-volta-as-aulas-presenciais-no-df-ocorrera-so-em-2021>>. Acesso em 31 de out. de 2020.

UMBERLINO, Thais. Saiba como será a retomada on-line do ano letivo nas escolas públicas. **Correio Braziliense**. 04/06/2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_educacaobasica/2020/06/04/interna-educacaobasica-2019,860857/saiba-como-sera-a-retomada-on-line-do-ano-letivo-nas-escolas-publicas.shtml>. Acesso em: 31 de out. de 2020.

VIVALTA, Luiz Carlos. A educação na colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Lígia; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes**. São Paulo: Edusp, 2002, p. 171-184.

World Health Organization (WHO). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on Covid-19-11 March 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em 11 de out. de 2020.

APÊNDICE
ROTEIRO PARA O QUESTIONÁRIO

Prezado(a) professor(a):

Na condição de graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília (UnB), estou desenvolvendo uma pesquisa com vistas a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o tema: “**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NOS TEMPOS DA COVID-19: o caso da rede pública do Distrito Federal**”, sob orientação da Profa. Dra. Maria da Conceição da Silva Freitas.

Este estudo tem como objetivo analisar essa problemática a partir das reflexões e compreensões acerca da profissionalização e da precarização do trabalho nas escolas, considerando os desafios atuais enfrentados pelos professores atuantes nas escolas públicas do Distrito Federal em meio à luta contra a COVID-19, em especial, os que atuam na região de Sobradinho-DF. Assim, solicito a sua colaboração no sentido de responder o questionário abaixo, sendo desnecessária a sua identificação. Desde já, deixo aqui o meu agradecimento.

Jaqueline Dias de Lacerda
Brasília, novembro de 2020.

Dados pessoais:

Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não definir

Faixa etária: () 20 a 30 anos () 30 a 40 anos () 40 a 50 anos ()
mais de 50 anos

Estado civil: () Casado(a) () Solteiro(a) () Viúvo(a)

Tem filho(s)? Se sim, quantos?

Você é o(a) único(a) responsável pelo sustento da sua família? () Sim () Não

É professor(a) de qual ano do Ensino Fundamental II?

() 6º ano () 7º ano () 8º ano () 9º ano

Turno de trabalho: () Matutino () Vespertino

Formação acadêmica:

Curso normal ()

Licenciatura ()

Especialização ()

Mestrado ()

Doutorado ()

Especifique os cursos/áreas da sua formação acadêmica:

Atuação profissional:

Experiência profissional na docência:

() 01 a 10 anos () 10 a 20 anos () 20 a 30 anos () 30 a 40 anos () Mais de 40 anos

Carga horária de trabalho semanal: () 20h () 40h () 60h

Regime de trabalho: () Efetivo () Contrato temporário

Questionário:

1. Por qual razão se tornou professor(a)?
2. Atualmente, você faria a mesma escolha? Caso contrário, qual seria a sua outra profissão?
3. Por qual razão você se sente motivado para atuar na docência?
4. Sente desconforto físico ou mental no exercício do trabalho docente? Se sim, quais?
5. O que faltou no seu curso de formação para que pudesse se sentir melhor preparada para o cotidiano escolar?

6. Antes da pandemia, você participava dos cursos de formação continuada?

Em relação ao trabalho em tempos de pandemia da Covid-19:

7. Responda caso tenha filhos: Está conseguindo conciliar o seu trabalho com as atividades deles? () Sim () Não.

8. Você se considera preparada para o uso das tecnologias? Justifique.

9. Já planejava as aulas usando os recursos tecnológicos?

10. Marque abaixo os problemas aos quais está enfrentando:

() Baixo desempenho dos alunos

() Recursos disponibilizados pela escola (Baixa qualidade ou falta)

() Falta de equipamentos para trabalhar (notebook, tablet, internet, etc.)

() Precisa dividir os aparelhos eletrônicos com outra pessoa da casa

() Dificuldade dos alunos em relação aos recursos tecnológicos (notebook, tablet, internet, etc.)

() A falta de participação da família

11. Na sua opinião, o que causou tantos transtornos na implementação inicial do ensino remoto? Você acha que poderiam ter sido evitados?

12. Precisou gastar dinheiro do próprio bolso para conseguir dar aula?

() Sim () Não.

13. Recebeu algum suporte da SEEDF/escola? () Sim () Não.

14. Houve aumento da sua carga horária? Se sim, de quanto tempo?

15. Marque os indicadores que você está enfrentando a respeito da precarização do trabalho docente:

() Condições precárias (ex.: falta de materiais e equipamentos)

() Alunos com pouco ou nenhum acesso aos materiais e equipamentos

() Desinteresse dos estudantes

- () Desinteresse da família
- () Salário baixo
- () Desvalorização da sociedade

16. Escreva uma pequena narrativa abordando os seguintes aspectos: 1) Como o cenário atual tem afetado a sua saúde física e mental; 2) Como tem lidado com o enfrentamento da Covid-19 e com a nova forma de trabalho; 3) Se você acredita que teremos uma “nova escola” no retorno pós pandemia e como ela será.

17. Diante de tantas mudanças, explique qual foi o seu maior aprendizado pessoal e profissional?

18. Por fim, defina esse momento em uma única palavra.